



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

4^{MASSAS}

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 30 - Nº 574 - DE 14 A 28 DE OUTUBRO DE 2018 - R\$ 4,00

Não eleger nossos algozes de amanhã



**Preparar desde já a luta contra
o novo governo burguês**

Vote nulo no segundo turno

**Derrotemos a direita fascista
com o programa e o método
da luta de classes**

Pela construção do partido operário revolucionário

Preparar a luta desde já

O fim da transição da ditadura civil de Temer e sua substituição por um governo eleito é parte do golpe de Estado. Somente não se sabia que força política sairia vencedora no pleito. Esperava-se que a frente partidária (PSDB, MDB, DEM, principalmente), que promoveu o impeachment de Dilma Rousseff, parisse o novo presidente da República. A crise econômica e, consequentemente, a crise política, que manteve o governo de Temer constantemente abalado, criaram uma situação inesperada.

A candidatura de centro-direita de Geraldo Alckmin, PSDB, naufragou, já no início da campanha eleitoral. Esse era o homem de preferência da burguesia e do imperialismo. Ergueu-se como um meteoro a candidatura da ultradireita fascizante, de Jair Bolsonaro, PSL. Também surpreendentemente instalou-se uma polarização com o impulso da candidatura de Fernando Haddad, PT. Entre Bolsonaro e Haddad, ficou espremida a candidatura de Ciro Gomes, PDT. A dramatizada disputa final entre esses dois pólos da política burguesa arrastou as massas, que se dividiram, sem se darem conta de que o fundamental estava em pé: o imperativo do novo governo de continuar atacando os explorados e protegendo o capital financeiro.

As eleições, não apenas colocaram o País diante de duas variantes distintas de política burguesa, como também se realizaram condicionadas a medidas antinacionais e antipopulares que o novo governo terá de tomar, seja o governo liberal direitista de Bolsonaro, ou o pseudo reformista de Haddad. Concretamente, a possibilidade de vitória da ultradireita é infinitamente maior. Essa previsão é que determina as tarefas e a tática antecipadamente colocadas. É preciso que o movimento operário, popular e estudantil se coloque desde já pelo enfrentamento com o governo de Bolsonaro. A constituição de uma frente ampla em torno a Haddad tão somente intensifica as ilusões eleitorais e democráticas na possibilidade de um governo petista.

Devemos prestar atenção ao fato de o PT sair fortalecido como oposição burguesa ao novo governo. Objetivamente, isso significa que a política de conciliação de classes continuará atravancando a luta independente dos explorados. O que pode retardar e desviar as massas do enfrentamento aberto com o governo militarista fascizante. Saberemos, logo mais, o quanto de palavreado se gastou para reverter a arregimentação da maioria dos explorados por detrás de Bolsonaro. Saberemos, logo mais, se as reuniões e constituição de comitês contra o fascismo e pela democracia serão mantidos e imediatamente voltados a combater o novo governo. É nesse momento que se evidenciará mais claramente a responsabilidade das correntes de esquerda, que se reivindicam do socialismo, de se negarem a se colocar no campo da independência de classe do proletariado.

Nos poucos dias que faltam para a votação no segundo turno, cresce a embriaguez eleitoral, enquanto a burguesia já se prepara para montar seu novo governo, em torno a Bolsonaro. Era para a vanguarda dos explorados estar conspirando e organizando a luta desde as fábricas, bairros, escolas e o campo para responder aos novos ataques que virão, e reagir

prontamente aos que estão em curso, como a implantação da reforma trabalhista e a terceirização. Mas estão, ao contrário, alimentando as ilusões de que a ultradireita e o fascismo serão barrados com a vitória de Haddad. O PT e aliados ocultam que, caso consigam por um acidente de percurso, reverter a vitória quase certa de Bolsonaro, governarão de acordo com as exigências do grande capital e do imperialismo.

As correntes de esquerda, que tiveram suas candidaturas próprias e que agora se enfileiraram por trás do PT, passam uma borracha no fato de que o retorno do PT ao poder levará a novas traições aos interesses gerais e às necessidades particulares da maioria oprimida.

Afirmamos que não será pela via das eleições e de um governo de Haddad que os explorados enfrentarão a direitização da burguesia e suas tendências fascizantes. Somente o proletariado em luta, organizado no seu campo independente de toda influência burguesa, e sob sua estratégia própria de poder, terá como quebrar a espinha dorsal da política burguesa que sustenta o capitalismo putrefato, e descarrega sua decomposição sobre as massas trabalhadoras.

Não se pode ter dúvida de que nenhuma variante da política burguesa, por mais democrática que seja, enfrentará consequentemente as tendências totalitárias da burguesia, que se movem nessa direção devido à contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, bem como entre essas e as fronteiras nacionais. A impotência da política democratizante se converte, inevitavelmente, em fator favorável a tais tendências. Estamos com a prova viva em nossas mãos. O golpe de Estado e a instalação de uma ditadura civil expressaram a incapacidade do nacional-reformismo de utilizar o poder que as massas lhe conferiram, por meio do voto, contra o movimento reacionário insuflado pelo capital financeiro e organizado pela frente partidária antidemocrática. A fração ultradireitista, que se alimentou da alta classe média, deu lugar à ascensão de Bolsonaro. Não se pode ocultar que o desmonte do movimento de abril do ano passado, que levou à greve geral, e a adaptação do PT ao golpe como oposição burguesa, são parte desse mesmo problema.

A eleição do novo presidente não mudará o curso de ataque dos capitalistas às condições de existência dos trabalhadores. Haddad já capitulou diante das pressões da burguesia, que passou a exigir maior clareza em seu programa econômico. Uma das condições é a de manter o chamado “ajuste fiscal”. Em outras palavras, garantir a gigantesca soma em juros da dívida pública. Basta o aceno do candidato do PT de que fará uma reforma da previdência para se ter a traição antecipadamente anunciada. Bolsonaro não esconde que seu governo aprofundará o entreguismo e ampliará o sacrifício da maioria oprimida, para atender às exigências do capital financeiro. É contra esse governo, provavelmente, que as massas terão de lutar. Para isso, terá de se libertar da política de conciliação de classes e das travas da burocracia sindical. Terá, portanto, de passar por cima do PT e aliados, marchando em direção à construção do partido da revolução proletária.

Segundo turno das eleições

Permanece a tarefa de defesa da independência de classe dos explorados

8 de outubro de 2018

Confirmou-se a previsão de que Jair Bolsonaro e Fernando Haddad disputariam o 2º turno. O que não se tinha nítido era a enorme diferença entre o candidato do PSL e o do PT. Na última semana, houve uma grande operação de arregimentação de votos a Bolsonaro. Chegou-se a temer a possibilidade do ultradireitista vencer no 1º turno. Finalmente, apuraram-se 49,3 milhões de votos a Bolsonaro, que correspondem a 46,04% dos votos válidos. Haddad conseguiu 31,3 milhões, 29,27% dos votos válidos. Uma diferença, portanto, de 18 milhões de votos. Esse desempenho dá uma grande vantagem a Bolsonaro no 2º turno.

A maior probabilidade é a da ultradireita militarista ocupar a presidência da República. A vitória em 16 estados e no Distrito Federal evidencia um grande deslocamento das massas oprimidas para a candidatura de Bolsonaro. A sua massiva votação correspondeu às regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Haddad ganhou apenas em 9 estados, 8 no Nordeste e 1 no Norte. É importante assinalar que 68% dos votos do ultradireitista vieram das regiões Sudeste e Sul, sendo que 58% do eleitorado brasileiro se concentram nessas duas regiões. A separação entre Bolsonaro e Haddad no Sudeste foi de 15 milhões de votos, enquanto que Haddad obteve, em todo o Nordeste, 14,5 milhões de votos. Esse quadro de conjunto indica a tendência de vitória de Bolsonaro.

A grande virada que permitiu aumentar enormemente a diferença entre Bolsonaro e Haddad se explica pela falência da candidatura de Geraldo Alckmin, que, de 10% das intenções de votos, em setembro, obteve, de fato, 4,8%. A importância decisiva do fracasso da candidatura do PSDB está em que não teve como garantir a ampla coalizão com o “centrão”. Na medida em que Alckmin ficou estagnado, poderosos grupos econômicos passaram a apoiar Bolsonaro. A decisão das frentes parlamentares (evangélica, ruralista e segurança) de anunciar a adesão a Bolsonaro movimentou um importante aparato partidário contra Haddad. A maior parte das igrejas evangélicas, tendo à frente a Universal, veio à luz do dia convocar a população a se alinhar por trás de Bolsonaro. Ergueu-se uma onda anti-PT, impulsionada por uma fração da classe capitalista, pela maioria dos partidos, pelas igrejas evangélicas e pelas organizações direitistas, que se valem das redes sociais. As candidaturas alternativas à polarização entre petistas e antipetistas, como as de Ciro Gomes e Marina Silva, foram neutralizadas. É bem provável que um contingente que indicava voto em Ma-

rina se dividiu entre Bolsonaro e PT. As demais candidaturas, como as de Amoêdo e Álvaro Dias, principalmente, serviram a Bolsonaro. A campanha do candidato do MDB, Henrique Meirelles, se pautou por certa neutralidade.

Bolsonaro procurou dar à sua vitória no 1º turno um tom ainda mais acentuadamente messiânico. Exaltou o fato de ser candidato de um partido pequeno, sem recursos financeiros, sem coligações e sem ter de seguir a política dominante do “toma lá dá cá”, que desemboca na corrupção. A verdade é outra. Sua candidatura somente pôde ganhar estatura nacional graças à rede de igrejas evangélicas, organizada em meio à população pobre e à classe média. O apoio explícito e implícito do agronegócio, dos grandes comerciantes, de industriais e de setores do capital financeiro (denominado de mercado) permitiu perfilar os estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste por trás da candidatura de Bolsonaro. A igreja católica tendeu

mais à candidatura de Haddad. Mas, sob enorme pressão da burguesia contra a volta do PT à presidência da República, não se aventurou a sair em campo. O que permitiu a livre ofensiva dos evangélicos, que vêm ganhando espaço na política burguesa. Esse gigantesco aparato, que ergueu a candidatura de Bolsonaro, será ainda mais reforçado no 2º turno.

O PT e seu candidato sabem perfeitamente que, dificilmente, vencerá a enorme diferença de votos do 1º turno. Constará, certamente, com o apoio de Ciro Gomes/PDT e Guilherme Boulos/PSOL. O PSB se

inclinará para Haddad. Caso se confirme a unidade do PDT e PSB em favor do PT, Haddad se tornará mais competitivo. O PSOL ficará com o PT, mas não tem força eleitoral. Marina sofrerá pressão da ala direita da Rede para se colocar no campo da neutralidade. É bem possível que um contingente que vota no PSDB possa votar no PT. O mais provável é que o maior contingente deságue em Bolsonaro. Importantes candidatos a governador pelo PSDB já declararam seu voto ao ultradireitista. Com segurança, a CUT, CTB, Intersindical, Contag, MST e movimentos populares jogarão força para arregimentar os explorados por trás de Haddad. Essas forças, em certa medida, trabalharam para o PT.

O problema fundamental de Haddad está em ganhar o apoio em uma ala da burguesia. A pressão para que o PT reate laços com setores do PSDB e MDB, bem como mostre ao capital financeiro que está disposto a dar continuidade ao ajuste fiscal, é um indicador da necessidade de recorrer à burguesia

O problema fundamental de Haddad está em ganhar o apoio em uma ala da burguesia. A pressão para que o PT reate laços com setores do PSDB e MDB, bem como mostre ao capital financeiro que está disposto a dar continuidade ao ajuste fiscal, é um indicador da necessidade de recorrer à burguesia para vencer Bolsonaro.

**Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.
CAIXA POSTAL Nº 630 - CEP 01059-970 - SÃO PAULO – www.pormassas.org**

para vencer Bolsonaro. Nos próximos dias, saberemos até onde os petistas estarão dispostos a pactuar com uma das frações burguesa, que compuseram as forças que deram o golpe de Estado e derrubaram o governo do PT. O partido vive internamente com essa contradição desde o 1º turno. O PT ficará ainda mais dependente e devedor de uma fração da oligarquia nordestina. Há ainda um campo de intervenção do PT, que é o da gigantesca abstenção, que abrange cerca de 30 milhões de eleitores. E dos votos nulos e brancos que, somados, atingiram 10,3 milhões. Tudo indica que a inércia social que está por trás das abstenções remotamente será revertida. Os votos nulos e brancos, em grande parte, indicam uma decisão política. Há uma rejeição a todos os partidos. Não é impossível ao candidato do PT reverter o quadro adverso, mas não é a maior probabilidade.

Os escândalos de corrupção comprometeram, sensivelmente, o PT diante dos olhos de uma imensa parcela da população. Bolsonaro se alimentou dessa rejeição ao petismo. Não só ao petismo, mas a todos os demais partidos implicados nos escândalos, principalmente o PSDB e MDB. O moralismo, messianismo e militarismo, encarnados por Bolsonaro, vicejaram, precisamente, em meio à decomposição dos partidos da burguesia, entre eles o PT. Essas características políticas e ideológicas, porém, não se sustentam em si mesmas.

A crise econômica desencadeou demissões em massa, elevou o desemprego às alturas, intensificou a pobreza e a miséria, bem como alastrou a criminalidade. As massas atingidas pelo peso que os capitalistas descarregaram em suas costas viram nos grandes partidos da burguesia os responsáveis. A explosão da crise, bem no momento do segundo mandado de Dilma Rousseff, marcou profundamente a administração petista, que foi incapaz de responder às demissões em massa e, ainda por cima, contribuiu com medidas antipopulares (mudança no critério do auxílio-desemprego, queda do reajuste do salário mínimo, etc.). A gestação do golpe de Estado e a sua consecução resultaram de um movimento de direita política, que teve por base a classe média. A permanência da crise econômica e dos sucessivos escândalos de corrupção, também atingindo o governo de Temer, o seu partido MDB e, em particular, o PSDB, impossibilitou o continuísmo pós-golpe, liderado pelos partidos que estiveram à sua frente.

A direita política da burguesia abriu caminho para a projeção dos militares e conferiu um enorme poder à Polícia Federal, ao Judiciário e ao Ministério Público. Assistimos ao general Eduardo Villas Bôas ditando ordens aos juizes do Supremo Tribunal Federal para manter Lula preso. A ditadura

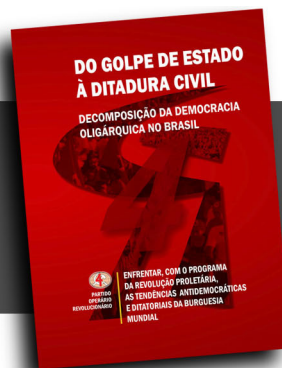
civil de Temer não apenas desfechou um duro golpe contra os assalariados, impondo a reforma trabalhista e a lei da terceirização, como também favoreceu a militarização da política. A candidatura de Bolsonaro acabou sendo embalada por homens das Forças Armadas. A direita política da burguesia não se deve em primeiro lugar às diferenças ideológicas com o nacional-reformismo do PT, mas sim à necessidade de impor as medidas antinacionais e antipopulares. A montagem da candidatura de Bolsonaro e sua viabilização se deveram ao golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer, que termina sua transição completamente desagregada.

É fundamental compreender esse processo para saber até onde vai a responsabilidade do próprio PT, que ganhou a confiança da classe operária e das massas populares e acabou por traí-las, governando de acordo com os interesses gerais da burguesia. O problema não é o de reconduzir o PT ao poder como solução para a crise política e como forma de reverter as tendências da política burguesa à direita política. O reformismo já comprovou ser incapaz de reagir à ofensiva do imperialismo, ao parasitismo do capital financeiro e aos ataques da burguesia à vida das massas. Incurrir no mesmo erro, é ajudar o PT a realizar a sua segunda traição aos explorados.

A tarefa que se coloca é a de preparar a classe operária para enfrentar o novo governo, que exercitará a ditadura de classe da burguesia sobre a maioria nacional oprimida. Inevitavelmente, a burguesia retomará a ofensiva lançada pela ditadura civil de Temer contra os explorados e a economia nacional. Somente a organização independente da classe operária, a retomada da luta direta das massas e a defesa das reivindicações vitais contra a exploração capitalista permitirão combater o novo governo, que será eleito daqui a três semanas.

O Partido Operário Revolucionário defendeu e fez campanha pelo voto nulo. Explicou aos explorados sobre a necessidade de construir o seu partido marxista-leninista-trotskista. Explicou que a classe operária tem seu programa próprio de luta por um governo operário e camponês e pela expropriação da grande propriedade dos meios de produção, que deve ser transformada em propriedade social, coletiva. Defendeu os fundamentos do programa histórico da classe operária, que é o da revolução e ditadura proletárias. É com essa mesma linha que o POR intervém no segundo turno das eleições. Operários, demais explorados e juventude oprimida, não se deixem arrastar pela disputa interburguesa em torno de quem governará o Estado burguês. Coloquem-se pela política de independência de classe do POR. Agarrem-se à tarefa de construir o partido da revolução proletária.

O livro cobre as principais manifestações da crise política, das ações governamentais, das respostas dos explorados, das manobras políticas da burocracia sindical e da atuação do Congresso Nacional entre junho de 2016 e abril de 2018. Assim como as formulações e linha política desenvolvida pelo POR, em cuja base se encontra o programa da revolução proletária.



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

UMA ELEIÇÃO MARCADA PELA DIREITIZAÇÃO DA BURGUESIA E MAIOR OLIGARQUIZAÇÃO DO PT

Os votos de Bolsonaro no 1º turno

Bolsonaro conseguiu a proeza de obter 46,03% da votação válida no primeiro turno, que foi alcançada nos últimos dias da campanha eleitoral. Venceu em todas as regiões do país, exceto no Nordeste. E, na região Norte, só perdeu para o PT no Pará. No Sul/Sudeste/Centro-Oeste, obteve a maioria absoluta em quase todos os estados. E, mesmo na região nordeste, reduto eleitoral do PT, esteve com votação ao redor dos 30% na maioria dos estados.

Elegeu 52 deputados federais, passando a ser a segunda maior bancada da Câmara Federal, perdendo apenas para o PT, que ficou com 54. Elegeu ainda 4 senadores. Vai disputar o 2º turno para governador em Santa Catarina, Rondônia e Roraima. Elegeu 15 deputados estaduais em São Paulo, ficando com a maior bancada, seguida pelo PT, com 10.

Esse avanço nacional de Bolsonaro, que se refletiu também nos estados, saltou na última semana com o apoio de importantes setores industriais e do agronegócio. Já contava antes com apoio das bancadas evangélica, da bala e ruralista. Setores da aliança que sustentava Alckmin (PSD, PP, PR, SD) debandaram para Bolsonaro.

Assim, se a candidatura Bolsonaro se projetou anteriormente ancorada na campanha do antipetismo, anticorrupção e defesa de valores reacionários/religiosos, ao se projetar nacionalmente, foi ganhando apoio de importantes setores da burguesia nacional. Isto, apesar de ser rejeitado por praticamente todas as frações do imperialismo mundial.

Pressionado por esses grupos econômicos, tem assumido as políticas antinacionais e antipopulares da frente que derrubou Dilma Rousseff, em detrimento do discurso pseudopatriota, tais como a defesa da privatização, da reforma da previdência, ajuste fiscal, etc. Aqui se fundamenta a sua ampla possibilidade de vitória: encarnar o continuísmo econômico do governo Temer. Isso se refletiu nas movimentações da Bolsa de Valores e do dólar, nos dias seguintes à eleição.

Com escassos segundos na TV, Bolsonaro e seu partido e aliados tiveram elevadas votações, desbancando os favoritos das pesquisas. Em São Paulo, por exemplo, o major Olímpio (PSL) derrotou Suplicy, que era favorito, com 25,81% dos votos. O mesmo ocorreu em Minas Gerais, onde Dilma Rousseff foi derrotada pelo desconhecido Carlos Viana (PHS) e o governador petista Pimentel pelo desconhecido Romeu Zema (Novo). Nota-se que as redes sociais e as igrejas evangélicas tiveram enorme peso nessa eleição, maior inclusive que o da TV.

Engana-se quem afirma que a vitória de Bolsonaro seja produto de uma “fascistização” das massas. A verdade é que a desagregação da frente burguesa que deu o golpe em Dilma e elevou Temer ao poder impediu que seus candidatos, em particular Alckmin, pudessem arrastar as massas para um governo eleito de continuidade a Temer e suas reformas. Bolsonaro se tornou o escoadouro desses votos, e isso se refletiu não apenas na eleição presidencial, mas também nas eleições nos estados. Nota-se que os votos de PSDB e PMDB migraram, em grande medida, para o PSL, ou equivalente (Novo, PSC).

A derrota nacional do PSDB

O maior derrotado nessas eleições foi o PSDB. A votação de Alckmin atingiu apenas 4,76%, sendo que, em sua base eleitoral,

São Paulo, perdeu até para Ciro Gomes, e teve só 9,52% (4º lugar), o que ressaltou uma derrota que foi geral. Na Câmara dos Deputados, caiu de 49 para 29 deputados. Nos estados, ainda vai ao segundo turno em cinco deles, mas, com chances reduzidas na sua maioria. Em Minas Gerais, deve perder para Romeu Zema (Novo). Em São Paulo, Doria teve apenas 30% dos votos válidos, e vai ao 2º turno contra o atual governador Márcio França (PSB), que já conta com o apoio de Skaf (MDB), e deve ter apoio ainda do PT. Sua bancada na Assembleia Legislativa paulista, que já foi a maior, caiu de 19 para 8 deputados, e, agora, está mensurada atrás do PSL, PT e PSB. Doria praticamente rompeu com o partido e declarou individualmente apoio a Bolsonaro. A derrota total no Sudeste é como uma pá de cal no tucanato. Ainda conseguiu eleger oito senadores, o que lhe dará um papel relativo no Senado.

O PSDB, segundo Alckmin, cometeu o erro de apoiar o golpe e o governo Temer, subordinando-se à estratégia emedebista do impeachment. Com a tremenda aversão das massas ao governo imposto, o PSDB não conseguiu se colocar como sua alternativa de continuidade. Nos últimos dias, foi uma debandada de apoios e de votos rumo a Bolsonaro.

O PT subordinado às oligarquias nordestinas

A passagem do PT ao 2º turno se deveu à expressiva votação obtida no nordeste. Venceu em oito dos nove estados (no Ceará, Ciro é quem venceu, apoiando o PT para o governo), e elegeu três governadores no primeiro turno (disputa o 2º turno com boas chances de vencer no RN), com apoio das oligarquias regionais. Apoiou oligarcas em Alagoas, Paraíba e Pernambuco. Elegeu senadores na Bahia, Pernambuco e Sergipe.

A votação do PT nas outras regiões foi bem mais fraca, e sua média aumenta nas regiões do interior dos estados nordestinos, o que mostra que passou a depender ainda mais dos redutos dos coroneis.

O PT, ao se potencializar no 2º turno, arrastou boa parte dos votos de Boulos (PSOL) e Marina (Rede). Apenas Ciro Gomes (PDT) manteve sua base eleitoral, especialmente em seu estado, onde venceu a eleição, elegeu o governador e a maioria da Assembleia Legislativa. Ao se potencializar, o PT passou a assumir propostas de frações dos partidos golpistas, visando à aliança para o 2º turno contra Bolsonaro. Ao garantir que daria continuidade ao ajuste fiscal, prometer a reforma tributária e da previdência (nos moldes propostos por Renan Calheiros (MDB-AL), flexibilizar a política exterior em relação à Venezuela, criou um campo fértil para erguer sua frente, chamada de “democrática”, em oposição ao “fascismo”. Ainda que sua vitória seja difícil, não é impossível, diante dos apoios capitalistas externos e internos. Resta saber qual frente burguesa se imporá nas eleições. Qualquer que seja o candidato eleito, estará subordinado ao capital financeiro e terá de implementar medidas de ataques às massas.

O MDB oligárquico e golpista encolhe

O MDB sofreu derrotas importantes. Seu candidato à presidência, Meirelles, teve 1,2% dos votos válidos. Perdeu disputas importantes nos Estados, destacando-se São Paulo, onde já contava com a ida ao 2º turno, e Rio de Janeiro, onde governava há 12 anos. Mas as derrotas de importantes figuras, como o atual

presidente do Senado, Eunício Oliveira, o articulador do golpe, Romero Jucá, as derrotas de Sarney no Maranhão (aí incluído o seu capacho Edson Lobão), de Garibaldi Filho, no Rio Grande do Norte, revelam um retrocesso nacional e regional. Ganhou no 1º turno apenas em Alagoas, com apoio do PT. Vai disputar o segundo turno no Distrito federal, Pará e Rio Grande do Sul. Tinha sete governadores eleitos em 2014. Na Câmara dos Deputados, o MDB encolheu de 64 para 36 deputados, atrás até do PP, que elegeu 37 deputados. Caiu de 18 para 12 senadores.

Ao se somarem as derrotas de PMDB e PSDB, evidencia-se a migração de votos desses partidos para o PSL de Bolsonaro.

Apesar da derrota de importantes figuras oligárquicas do maior partido oligárquico, há coroneis, de distintos partidos, que se mantiveram mais distantes do governo e, não apenas se mantiveram no poder, mas se fortaleceram. A volta de Amazonino Mendes no Amazonas; João Capiberibe, no Amapá; Jader Barbalho e seu filho, no Pará; Fátima Bezerra, no Rio Grande do Norte; Ciro Gomes, no Ceará; Renan Calheiros e seu filho, em Alagoas; Eduardo Câmara, em Pernambuco, são exemplos da força oligárquica.

Tudo indica que o MDB deve sofrer uma alteração na correlação de forças interna, favorecendo as oligarquias que oscilaram do apoio ao golpe à ligação com o PT.

O lugar das esquerdas centristas

Essas eleições reservaram também um particular lugar às candidaturas do PSOL e PSTU. Receberam votação extremamente baixa. Guilherme Boulos, 617 mil votos (0,58% dos votos válidos). Vera Lúcia, 55.762 votos (0,05%). Salta aos olhos a pequenez numérica dos morenistas. Os 0,05% dos votos do PSTU revelaram a baixíssima penetração política e ideológica em setores da classe operária e da pequena burguesia, onde está inserido por meio da CSP-Conlutas e organização estudantil. Indica, em certa medida, que o PSTU vive o dia-a-dia da luta de classes mais como uma corrente sindicalista que partidária.

Seria preciso uma circunstância muito especial de virada eleitoral das massas contra o conjunto dos partidos da burguesia para que o sindicalismo centrista de esquerda servisse de canal de expressão de uma importante camada da classe operária e da juventude oprimida. Não foi o caso dessas eleições, em que a crise política gerou a polarização entre a ultradireita e a esquerda nacional-reformista. As massas foram arrastadas em tal magnitude que marginalizaram completamente a esquerda centrista, que se fantasia de socialista.

O mais surpreendente, porém, foi o raquítico desempenho do PSOL, que tem uma máquina partidária mais desenvolvida que o PSTU, mais recursos e maior penetração em uma camada da pequena-burguesia. Pode-se dizer, também, que eleitoralmente é mais influente no sindicalismo que o seu concorrente à esquerda.

Podemos concluir que, numericamente, o PSOL e PSTU sofreram um grande desastre. Nas eleições de 2006, a frente de esquerda (PSOL, PCB e PSTU), sob a candidatura de Heloisa Helena, obteve 6.575.393 votos (5,22%). Nas eleições seguintes, 2010, saíram divididos. PSOL alcançou 886.816 votos (0,87%); PSTU, 84.609 votos (0,08%). Em 2014, PSOL 1.612.186 votos (1,55%). Nota-se que, agora, o descenso foi catastrófico.

É preciso, certamente, não se ater aos números. O fundamental, porém, é saber com que política as duas correntes intervieram nas eleições. Em síntese, o PSOL foi buscar Guilherme Boulos, um pequeno caudilho do movimento sem-teto, que está mais para o PT e o lulismo que para outra política. Apelou para o pacifismo, contra a violência, acenou com um governo apoiado na soberania

Eleições 2018

popular, na participação do povo nas grandes decisões e prometeu desfazer as reformas de Temer. Sua conduta foi tipicamente pequeno-burguesa de um reformismo moderado e de amor as benesses da democracia burguesa. A tática foi a de atacar Bolsonaro e poupar Haddad. PSTU compareceu como a ultraesquerda eleitoral. Sua bandeira “Vamos fazer a Rebelião” não ultrapassou os limites da institucionalidade burguesa. A bandeira, que parecia concreta (rebelião é levante das massas), era mera abstração. As bandeiras se concentraram, em grande medida, em torno de temas apelativos como feminicídio, homofobia, racismo, direito das mulheres, de um lado, e crítica às reformas de Temer, de outro. Tirando a “rebelião”, os apelos eleitorais do PSTU convergiram com os do PSOL e, em parte, com os do próprio PT. No final das contas, correram ao abrigo da bandeira #Elenão.

Não é com palavreado radical que os revolucionários podem utilizar as eleições para aproximar o programa da revolução proletária dos explorados e elevar sua consciência socialista. PSOL, PCB e PSTU ocuparam nas eleições o lugar de esquerda centrista, um mais adaptado ao eleitoralismo, portanto, pela direita; outro mais à esquerda.

Defesa da independência de classe do proletariado

Na ausência de possibilidade de participar nas eleições com candidaturas próprias, o POR interveio com a defesa do voto nulo e do chamado à construção do partido da revolução proletária. Em resumo, nas eleições não esteve presente a estratégia e a tática revolucionárias do proletariado, a não ser pela defesa de voto nulo.

A burguesia, por meio de seus aparatos (partidos, justiça eleitoral, corporações empresariais, igrejas e sindicatos burocratizados), conseguiu reverter a tendência de grande rejeição dos explorados aos partidos que servem à ordem capitalista. Acabaram arrebanhados em torno à polarização, acima analisada. Os marxistas se comportam como tal lutando contra as poderosas pressões a que os oprimidos são submetidos. Lutam para que os explorados não sirvam de instrumentos da democracia, que os oprime e do objetivo de constituir um novo governo burguês, que manterá a sua escravização. No caso, tudo indica que será o fascista Bolsonaro.

No 1º turno, foram 6,14% de votos nulos, 2,65% de votos em branco e 20,33% de ausentes. O que supera, em votos, o que teve Haddad (PT) (40.260.510, contra 31.342.005), e se aproxima da votação de Bolsonaro (49.276.990). Número recorde desde 1998.

Esses números mostram que a rejeição e desconfiança em relação ao conjunto de candidatos foi elevada. No início da campanha, a abstenção estava perto dos 50% (superava esse índice entre as mulheres). É importante assinalar a enorme desconfiança das massas nos partidos da burguesia, seus governos e seu parlamento. Essa desconfiança se manifestará logo que o novo governo começar a atacá-las e constatar que sua situação não apenas não melhorou como piorará.

As esquerdas, em sua totalidade, capitularam no segundo turno, alinhando-se por trás da candidatura de Haddad, que não tem nada de antifascista e tem tudo de submissão à democracia burguesa, que ainda por cima é oligárquica. Os reformistas e estalinistas não aprenderam nada com o golpe de Estado, continuam trabalhando por manter os explorados pacíficos e servis à ditadura de classe da burguesia.

É imprescindível à vanguarda, que ainda resguarda o classismo, fazer um rigoroso balanço das eleições, romper com reformismo e com o oportunismo esquerdista. Nossa tarefa é preparar o combate ao novo governo que sucederá à ditadura civil de Temer e impulsionar a construção do partido da revolução proletária.

Balanço das eleições no nordeste

O Nordeste foi a região em que o PT obteve melhores resultados nas eleições de 2018. Embora a região concentre 26% do eleitorado, foi responsável por 46,52% dos votos de Fernando Haddad. Mesmo assim, a direitização da política burguesa se expressou com o alto percentual de votos em Bolsonaro, sobretudo nas capitais, assim como na composição do legislativo. Nos nove estados da região, Haddad esteve à frente de Bolsonaro. Apenas no Ceará, Ciro esteve à frente dos outros dois. Na Bahia, Maranhão e Piauí, o PT obteve mais de 60% dos votos para presidente, sendo sua menor votação no Ceará, com 33%. Já Bolsonaro variou de 21%, no Ceará, a 34% em Alagoas. Nas capitais, a candidatura fascista venceu em Recife, Maceió, João Pessoa, Natal e Aracaju. E em Fortaleza, ficou com 6 pontos a menos que Ciro Gomes, em segundo lugar.

Apesar do bom resultado do PT, houve queda em todos estados em relação ao primeiro turno de 2014, com exceção de Pernambuco, onde Marina Silva foi a mais votada naquele pleito, sob a comoção da morte de Eduardo Campos, do PSB. Destaca-se o caso do Ceará, onde o PT perdeu mais da metade dos votos, passando de 68% dos votos para presidente para 33% e o Rio Grande do Norte, onde o PT encolheu de 60% para 41%.

Os maiores derrotados foram os partidos identificados com o governo Temer. A campanha moralizante, impulsionada pela Lava Jato e empunhada pela frente golpista, arregimentou as classes médias em torno do ódio ao petismo, discurso que se combinou com os efeitos da crise e fortalecimento das igrejas evangélicas no encabrestamento de votos nas periferias. Como as denúncias transbordaram para o PSDB e MDB, os partidos orgânicos da burguesia, identificados com as medidas antipopulares e antinacionais de Temer, sofreram várias derrotas. Para sobreviver, todos procuraram ocultar seu vínculo com Temer, e alguns, inclusive, se esconderam detrás da figura de Lula ou de coligações com o PT.

Alguns exemplos de derrota dos que se alinharam a Temer. O deputado André Moura (PSC-SE) era o líder do governo no Congresso e não conseguiu votos para chegar ao Senado. Lúcio Vieira Lima (MDB-BA), irmão de Geddel, não conseguiu se reeleger para a Câmara. Poucos ex-ministros de Temer conseguiram se eleger. Dentre as derrotas, no Nordeste, destacamos, para a Câmara, Antonio Imbassahy (PSDB-BA), e, para o Senado, Maurício Quintella (PR-AL), ex-ministro dos Transportes, que perdeu para Renan Calheiros (MDB), declarado opositor a Temer. Sarney Filho (PV-MA). Bruno Araújo (PSDB-PE), ex-ministro das Cidades, e Mendonça Filho (DEM-PE), ex-ministro da Educação. Ambos foram à justiça para impedir a circulação de uma foto deles com o golpista e a legenda: "A turma de Temer em Pernambuco".

Maior presença das igrejas e militares

Seguindo a tendência à militarização da política, que se desenvolveu largamente sob a ditadura civil de Temer, e adquire máxima expressão com Bolsonaro, apenas o Maranhão não eleger candidatos declarados militares. Para a Câmara dos Deputa-

dos, sairão do Nordeste nove eleitos com patente: dois no Ceará, Pernambuco e Bahia, e um no Piauí, Paraíba e Alagoas.

Uma demonstração do poder das igrejas pode ser vista na Assembleia Legislativa de Pernambuco, o Partido Social Cristão (PSC) obteve 403 mil votos, passou de duas para cinco cadeiras, a terceira maior bancada. E o pastor Collins (PP), conhecido pelo vínculo com as comunidades terapêuticas e pelo reacionarismo (recentemente tentou até mesmo fechar uma exposição de artes na UFPE, pela temática da diversidade sexual), foi o segundo mais votado. Ficou atrás apenas da delegada Gleide Ângelo (PSB), que obteve 400 mil votos.

Os maiores derrotados foram os partidos identificados com o governo Temer. A campanha moralizante, impulsionada pela Lava Jato e empunhada pela frente golpista, arregimentou as classes médias em torno do ódio ao petismo, discurso que se combinou com os efeitos da crise e fortalecimento das igrejas evangélicas no encabrestamento de votos nas periferias.

Nulos e Brancos

Votos Nulos, Pernambuco teve o maior percentual de votos nulos e brancos do país. 12,4% (667 mil eleitores) resolveram anular ou votar em branco para presidente. Os estados que também tiveram números elevados foram Paraíba foram 11,1%, Sergipe 10,9% e Bahia 10,9%. Para governador, os números são maiores. Em Pernambuco, por exemplo, 1,6 milhão de nulos e brancos, mais do que os votos de Armando Monteiro (PTB), que ficou em segundo lugar, com 1,3 milhão de votos. Além do descrédito geral com a política burguesa, há duas particularidades que explicam tamanha anulação para governador. Houve muitos descontentes com a manobra do PT de retirar Marília Arraes do pleito, em troca da neutralidade do PSB nas eleições presidenciais. E, por outro lado, não havia nenhum governador alinhado com Bolsonaro.

Resultado para governador

Dos sete governadores, no país, que conseguiram se reeleger, seis estão no Nordeste (no Maranhão, Bahia, Ceará, Piauí, Pernambuco, e Alagoas). O PT se manteve no governo do Ceará, com Camilo Santana. Na Bahia, Rui Costa seguiu uma linha de se adaptar ao anseio por segurança das classes médias, como podemos lembrar na sua justificativa quanto à ação da polícia na chacina de 12 jovens na favela do Kabula. Com base no discurso de endurecimento da punição a criminosos, conquistou 75% dos votos válidos, contra José Ronaldo (DEM), que obteve 22,26%. Seu padrinho, Jaques Wagner, recomenda a Haddad, agora, a mesma fórmula. Demonstra-se que, assim como o PT se oligarquizou para chegar ao topo do executivo no país, agora está sujeito à direitização da política burguesa, mesmo que compareça como sua ala esquerda. Será o quarto mandato seguido do PT no estado. Foram 3,82% dos votos brancos e 14,21% nulos.

No Piauí, Wellington Dias foi reeleito com 55,65% dos votos válidos. Esse será seu quarto mandato. No segundo turno, o PT

disputa o governo do RN, tendo Fátima Bezerra à frente, com 46,17% dos votos, contra 32,45% de Carlos Eduardo, do PDT. Apesar dos resultados positivos na região, inevitavelmente, o partido perderá uma grande fatia na receita dos estados a ser gerida. Hoje administra 20,4% dos recursos estaduais. Com o atual resultado, está com 9,67% e, se ganhar o RN, chegará a 11%. Pesa a perda do comando de Minas Gerais.

Aliados do PT, Renan Filho (MDB-AL) e Flávio Dino, do PCdoB-MA também se reelegeram. Desta vez, o PT saiu da coligação com os Sarney e se incorporou à coligação “Todos pelo Maranhão”, em torno da reeleição de Flávio Dino e do vice-governador Carlos Brandão, um empresário do reacionário PRB. A coligação foi composta também por PDT, PPS, PTB, DEM, PP, PR, PTC, PPL, PROS, AVANTE, PEN, PSB e Solidariedade. Com Roseana Sarney (MDB) ficaram o PSC, PSD, PMB, PV e PRP. Em 2016, o PCdoB atingiu o recorde de 46 prefeituras, diante das 22 mantidas pelo PMDB. O poder dos Sarney, porém, permanece no controle midiático e na influência no judiciário, que, em 2006, derrubou o governador Jackson Lago (PDT) e agora tenta a inelegibilidade de Dino, por abuso de poder econômico nas eleições municipais de 2016. Nas eleições, tanto Dino como Roseana defenderam o ex-presidente Lula, que se projetou como o favorito dos maranhenses nas eleições, antes da substituição por Haddad.

O PSB elegeu governadores na Paraíba, e em Pernambuco, ambos chamaram e chamam o voto em Haddad. Ricardo Coutinho (PSB) conseguiu eleger o seu sucessor, João Azevedo (PSB), com 58,18% contra Lucélio Cartaxo, que atingiu 23,41%. O ex-candidato ao Senado pelo PT, Cartaxo, agora teve como vice Micheline Rodrigues (PSDB) e os candidatos ao Senado foram Cássio Cunha Lima (PSDB) e Daniella Ribeiro (PP).

Em Pernambuco, Paulo Câmara venceu no primeiro turno, com 50,7% dos votos, derrotando o senador Armando Monteiro (PTB), que teve 35,99%. Diferentemente de 2014, quando Monteiro era aliado de Lula, e Câmara estava com Campos/Marina. Mesmo tendo sido ministro de Dilma e se oposto ao golpe, o usineiro e banqueiro, Monteiro, juntou-se nesse pleito com três ex-ministros de Temer, e arcou com a rejeição, apesar de ter arrancado uma fatia significativa dos votos, mostrando as divisões interoligárquicas. A coligação de Paulo Câmara, para o Senado, com a vice Luciana Santos, do PCdoB, conseguiu eleger a “dobradinha” improvável de Humberto Costa (PT) e Jarbas Vasconcelos (MDB). O arquiereacionário Jarbas chegou a comemorar a prisão de Lula, mas, agora, usou sua máscara para sobreviver na política. A cada momento, o PT se abraça a uma das alas das oligarquias no estado. Movimento que se repete na região como um todo.

Mudam as caras, permanecem os sobrenomes

Nos legislativos federais e estaduais, destaca-se a presença das famílias políticas, forma oligárquica de manutenção do po-

Eleições 2018

der. O deputado federal mais votado na história de Pernambuco foi João Campos (PSB), com 24 anos, filho do ex-governador Eduardo Campos.

Com 460.387 votos, superou os recordes da avó Ana Arraes, que, em 2010, teve 387 mil votos, e do bisavô, Miguel Arraes, que, em 1990, conquistou 340 mil votos. A segunda mais votada foi sua prima, Marília Arraes (PT), que teve sua candidatura a governadora rifada pelo PT. Sobrenomes como Monteiro, Coelho e Calheiros sinalizam a manutenção das oligarquias.

O caso da Paraíba ilustra bem a farsa da “renovação” do parlamento. Das 50 cadeiras na Assembleia Legislativa, Câmara e Senado, 40 são de famílias políticas, oligarquias que se perpetuam. Com um percentual de 50% de renovação da bancada federal, permanecem os sobrenomes. Para o Senado, foram eleitos os herdeiros dos Vital do Rêgo, Veneziano (PSB); e Ribeiro, Daniela (PP). Agnaldo Ribeiro, irmão de Daniela, foi reeleito para deputado federal. Seus antepassados são os responsáveis pelo assassinato de Margarida Maria Alves e João Pedro Teixeira. Na disputa interoligárquica, os Cunha Lima perderam força, antes tinham um senador, um deputado federal e um deputado estadual, agora apenas mantiveram Pedro Cunha Lima, reeleito para federal. Das 12 vagas na Câmara, apenas dois não pertencem a famílias políticas. Frei Anastácio (PT) e Julian Lemos (PSL).

Tal composição expressa a natureza oligárquica do Estado, principalmente no Nordeste. O que faz com que os partidos sejam manejados por interesses particulares. Como as oligarquias nordestinas foram beneficiadas com os governos nacional-reformistas, os que se mantiveram na oposição sob os governos petistas, como o DEM, quase foram extintos, levando à divisão que deu origem ao PSD, e levando ao fortalecimento de outros partidos, como o PSB. Com o golpe, houve uma divisão nas oligarquias, algumas permaneceram em choque com o governo Temer, a exemplo de Renan Calheiros. Na ofensiva pró-imperialista da ditadura civil de Temer, há medidas que afetam o poder econômico das oligarquias, seja pelo fechamento da torneira do BNDES, no estancamento dos investimentos e grandes obras e até mesmo pela disputa interburguesa e guerra comercial promovida pela Lava a Jato. Tal divisão se expressou também nas negociações em torno da Reforma da Previdência, pois, as oligarquias parasitam o orçamento do Estado e muitas cidades do interior do Nordeste dependem muito dos recursos das pensões e aposentadorias.

As esquerdas

A burocracia sindical estabeleceu como meta eleger seus candidatos para assim reverter o “conservadorismo” do Congresso. Em Pernambuco, o presidente da CUT se elegeu para deputado federal. A Força Sindical também declarou apoio a Haddad, o que pode impactar deputados de PP e PR com base no Nordeste e que fizeram campanha, assim como o presidencialista, com a imagem de Lula. As burocracias cumpriram o objetivo de esvaziar, na região e no país, as lutas diretas da classe operária. Coordenadamente, canalizaram a tendência de luta indicada na greve geral de 28 de abril de 2017 para o eleitoralismo. Colherão alguns cargos, mas são parte da direitização da política, pois, amarram as mãos da classe operária e iludem os oprimidos, em vez de prepará-los para as lutas em defesa das reivindicações.

O PCO lançou candidaturas em quase todos estados do Nor-

Próximo lançamento:

Revista Proletária da Educação

nº 8
Set 2018

O oitavo número da Revista Proletária da Educação foi elaborado como arma de combate aos profundos ataques à Educação Pública, que revelam as tendências destrutivas do capitalismo em decomposição.

Revista Proletária da Educação

nº 8
Set 2018

Combater a ofensiva privatista e obscurantista da burguesia e de seus governos sobre a Educação

deste, com exceção de Sergipe e Paraíba. Aplicou sua linha de Lula ou nada, servindo de auxiliar à campanha do PT. Em vários estados, teve sua candidatura indeferida pelo TSE, com o pretexto de questões burocráticas. A candidata da chapa feminista do PSOL, Dani Portela, ficou em terceiro lugar, com 4,97% dos votos. E ainda conseguiu eleger o mandato coletivo das “Juntas”, cinco mulheres, uma delas trans. Na Bahia, o partido elegeu seu primeiro deputado estadual.

O PSTU, com sua posição de defesa de uma “rebelião”, misturou bandeiras revolucionárias com outras alheias à classe, como a de punição aos corruptos e corruptores denunciados pela Lava Jato. Como se esse órgão da justiça burguesa, manietado pelo imperialismo, é que indicasse quem deve ser punido, e não a própria classe operária, por meio de seus tribunais populares.

No segundo turno, movidos pelo pânico e pela ausência de estratégia política, o PSOL age como mero cabo eleitoral de Haddad, da política do amor contra o ódio, contribuindo para enganar os explorados. O PSTU também foi arrastado pela arregimentação petista.

Problemas dos oprimidos no nordeste não serão resolvidos nas eleições

Os graves problemas do Nordeste persistem e se acentuam com a crise. A renda per capita média é metade da do Sudeste. Segundo a PNAD contínua, enquanto a renda domiciliar per capita média do País é de R\$ 1.268, em 2017, em São Paulo, atinge R\$ 1.712, enquanto, no Maranhão, é de apenas R\$ 597. Expressões do desenvolvimento desigual e combinado. A concentração de terras leva à concentração das águas, desembocando no drama da seca. E a todas essas mazelas agora se adiciona o ingresso

das grandes facções do crime organizado, o que tem elevado a criminalidade violenta e o extermínio da juventude pobre e negra nas cidades nordestinas.

Bolsonaro, com seu programa de liberalização extrema da economia e aberto ataque aos oprimidos, não aponta nem mesmo promessas para os nordestinos. Haddad requebra a promessa petista de desenvolvimento regional e conclusão da transposição do Rio São Francisco. Ampara-se na lembrança do povo quanto à bonança do segundo mandato de Lula, dos empregos (mesmo precários) e do alargamento do Bolsa Família, e promete que o povo será feliz de novo. Nada mais falso, pelo imperativo da crise e da imposição do imperialismo, novos e profundos ataques virão de qualquer governo burguês que sair das urnas.

Atuação do POR

O POR atuou nos estados em que está presente lutando pela independência de classe dos explorados. Seja criando comitês pelo voto nulo, como no Ceará, ou intensificando a ação em suas frentes, propagandeando a necessidade de construir o partido operário

revolucionário e superar a crise de direção.

No segundo turno, o pânico perante a possibilidade de vitória do fascista Bolsonaro tem sido respondido com um vergonhoso rebaixamento das esquerdas, transformadas em cabos eleitorais do PT. Colocam, assim, mais um obstáculo à conquista da independência de classe do proletariado, necessária para enfrentar as medidas de qualquer governo burguês, e fundamental para fazer frente à ofensiva fascizante. O POR reafirma em cada intervenção que a direitização da política burguesa só pode ser combatida pelos métodos da classe operária. Por isso, combatemos a ameaça fascista, porém, guiados pela estratégia da revolução proletária.

Rio Grande do Norte

PT se recompõe eleitoralmente, militares se elegem e oligarquias tradicionais perdem postos

O 1º turno para governador foi marcado pela expressiva votação de Fátima Bezerra (PT), com 46,2%, contra o candidato Carlos Eduardo (PDT), da oligarquia Alves, com 32,4%. O atual governador, Robinson Faria (PSD), desgastado pelos atrasos de salários, calamidade na segurança pública e saúde, contou com 11,8% dos votos. Além de estar no segundo turno, PT conseguiu eleger dois dos oito deputados federais do RN, Natália Bonavides e Mineiro, respectivamente em 2º e 3º lugar. Para deputado estadual, ampliou sua bancada de um para dois deputados. Trata-se de uma relativa recomposição eleitoral, que poderá se potencializar caso Fátima se eleja. Para senador, a candidata apoiada pelo PT, Zenaide Maia (PHS), também foi eleita; se potencializou eleitoralmente ao lado do PT, no atual mandato de deputada federal, votando contra o impeachment e a reforma trabalhista, e se posicionando publicamente contra a reforma da previdência.

Essa eleição se caracterizou pela vitória de militares.

Para Senado, o Capitão Styvenson (Rede), policial militar, foi eleito em primeiro lugar; ganhou popularidade com sua atuação intransigente nas operações da Lei Seca, aproveitando a onda do “novo na política”. Elegeram-se também para deputado federal o general Girão e para estadual o Coronel Azevedo, ambos do PSL, potenciados pela vinculação com Bolsonaro.

Com relação às oligarquias tradicionais dos Alves e dos Maías, houve um pequeno revés. Duas importantes lideranças não conseguiram vitória: o atual senador Garibaldi Alves (MDB) não se reelegeu, e o atual senador Jose Agripino Maia (DEM) não conseguiu vencer para deputado federal. Geraldo Melo (PSDB), outro oligarca tradicional, não conseguiu vaga no Senado. Rogério Marinho (PSDB), autor da reforma trabalhista, também ficou de fora. Nota-se um desgaste por serem associados ao governo Temer e terem colaborado com as reformas.

Nota sobre as eleições no Paraná

O Paraná, berço da república de Curitiba, foi um dos estados onde a onda bolsonarista também arrasou. No conjunto do estado, Bolsonaro teve 56,89% dos votos válidos, contra 19,70% do Haddad, e 8,31% do Ciro. As abstenções no estado totalizaram 16,96% dos eleitores, 4,66% votaram nulo e 2,51% votaram em branco. Entretanto, houve cidades onde o ultradireitista teve votação mais significativa, por exemplo: em Londrina, alcançou 65,13%; em Curitiba, 62,13%; em Foz, 60,91, e, em Cascavel, 59,59%.

Mas, a onda bolsonarista arrastou também a escolha de figuras identificadas abertamente com a perspectiva fascizante, como o sargento Fahur, eleito deputado federal mais votado pelo Paraná, e o Felipe Francischini, segundo deputado federal mais votado, assim como o delegado Francischini (que comandou o massacre de 29 de abril de 2015) e Alexandre Curi, eleitos como deputados estaduais em primeiro e segundo lugar. Também foi responsável pela eleição de um vereador de Londrina, membro assumido do MBL, que se caracterizou pela militância reacionária (escola sem partido, campanha contra o aborto, contra a universidade pública, etc.), Filipe Barros, eleito deputado federal.

No caso da eleição para o Senado, a onda bolsonarista alçou

para o primeiro lugar o empresário Oriovisto (proprietário do grupo Positivo), e derrubou a candidatura de Roberto Requião, que tem posado de nacionalista. De certa forma, o desastre da não eleição do ex-governador Beto Richa (PSDB) também é parte desse movimento, pois esse desenlace se deveu, em grande medida, à prisão de que fora objeto dias antes da eleição, e da caracterização de “corrupto” que grudaram nele, quer dizer, uma rejeição moralista.

Na escolha do governo do estado, não teve tanta influência, pois, Ratinho Jr. já vinha liderando as pesquisas de intenções de votos de modo consistente durante toda a campanha, não havia nenhuma diferença substancial em relação à Cida Borgetti (atual governadora), e ele mesmo (Ratinho Jr.) fez parte do secretariado de Beto Richa. Contudo, uma semana antes das eleições, o pai de Ratinho Jr e proprietário da Rede Massa de Televisão, Ratinho Pai, declarou seu apoio explícito ao Bolsonaro, o que contribuiu em alguma medida para liquidar a eleição no primeiro turno.

Quanto ao PT, dos 30 deputados federais pelo Paraná, elegeram 3, e dos 54 deputados estaduais o PT elegeu 4, indicando um quadro difícil para o segundo turno ao seu candidato a presidente.

Manifesto

A nota política abaixo foi divulgada na antevéspera das eleições.

Decidimos publicá-la no Jornal Massas, porque expressa a intervenção do partido.

Três dias para as eleições. Nossa luta pela independência de classe do proletariado e demais explorados

4 de outubro de 2018

Está praticamente concluída a campanha eleitoral do primeiro turno. Mantém-se a polarização entre Bolsonaro e Haddad. Representam políticas distintas. O candidato do PSL se identifica como ultradireita, e o do PT, como de esquerda. A ultradireita se caracteriza por expressar a fração capitalista, que se coloca pelos métodos militares de combate à luta de classes. A esquerda, por colocar-se, preferencialmente, pelo método da conciliação de classes e subordinação das organizações operárias à política governamental. Os explorados estão convocados a votar nessas duas variantes da política burguesa. A esquerda pequeno-burguesa, reformista e centrista, representada pelo PSOL e PSTU, não comparece como a via proletária e revolucionária. Nenhum dos dois partidos se apresenta com a estratégia própria de poder da classe operária. Estratégia essa que é a da revolução e ditadura do proletariado, da luta por um governo operário e camponês, que nascerá do combate direto das massas ao capitalismo.

No caso em que não se tem o partido revolucionário intervindo nas eleições com candidaturas próprias, subordinadas ao programa e à estratégia da revolução proletária, impõe-se o voto nulo, como manifestação da independência de classe dos explorados. É preciso, portanto, deixar claro que a polarização entre a ultradireita e a esquerda da política burguesa se passa nas condições em que os explorados não contam com a política do proletariado, a não ser por meio da defesa do voto nulo, sob a bandeira da construção do partido operário revolucionário.

Tudo indica que a decisão final será dada no segundo turno. No entanto, se observa um amplo movimento na classe burguesa para garantir a vitória de Bolsonaro, em 7 de outubro. Evidencia-se a poderosa influência das igrejas evangélicas, monta-

das em rede nos bairros empobrecidos e nas favelas. Rede essa centralizada por uma casta de pastores, que maneja rios de dinheiro e controla emissoras de rádio e televisão. É com esse império que difunde amplamente seus preconceitos religiosos, que correspondem à manutenção do capitalismo em decomposição e mergulhado na barbárie social. Nos últimos tempos, as igrejas passaram a influenciar decisivamente o resultado das eleições. A bancada evangélica, no Congresso Nacional, alcançou 199 membros nas eleições de 2014. Distribui-se em vários partidos. Nesse final de campanha, os principais chefes das igrejas neopentecostais, tendo à frente Edir Macedo, da Igreja Universal do Reino de Deus, se lançaram à arregimentação de milhões de explorados, que se acham sob a influência de sua catequização. O mesmo movimento pró-Bolsonaro tomou corpo nas frentes parlamentares da segurança pública (bancada da bala), e na dos ruralistas (bancada do boi). Somadas, detêm a maioria parlamentar. Agrega-se a essa ofensiva as ações de grandes capitalistas do comércio, que obrigam seus empregados a fazerem campanha em favor de Bolsonaro. A ausência de um grande aparato partidário – o PSL não passa de uma sigla – é compensada pelos aparatos das igrejas, do comércio e dos latifundiários, que já não escondem seu apoio ao candidato da ultradireita. De maneira mais velada, setores do capital financeiro e da grande indústria também trabalham para derrotar o PT.

A constituição dessa frente burguesa se deu com a desintegração da frente de sustentação da candidatura de Geraldo Alckmin. A burguesia direcionou sua atenção para uma candidatura que melhor expressasse seus interesses gerais, e que fosse mais capacitada para dar continuidade ao programa econô-

mico estabelecido pelo golpe de Estado e pela ditadura civil de Temer. A variante ultradireitista e fascizante, encabeçada por um representante de um setor da pequena burguesia (classe média), não estava, no momento, em seus cálculos. Observa-se que o “centrão” abandonou Alckmin à sua própria sorte. O PSDB se dividiu, deixando em maus lençóis a sua ala considerada historicamente como democrata. A fração que já bandeou para as hostes dos bolsonaristas expôs, mais claramente, a medula reacionária do PSDB. O baixo desempenho de seu candidato representa um castigo que a população pobre lhe dá, por ter chefiado o golpe de Estado, e ter sido base de apoio ao odiado governo Temer, que desfechou um ferino ataque à vida dos explorados.

A emersão da candidatura direitista, nascida no flanco da política burguesa dominante, surpreendeu os partidos históricos (PSDB, MDB e DEM). Não porque fosse um fenômeno novo, mas porque serviu para varrer das eleições as candidaturas de Alckmin e Meirelles. Há um precedente, que foi a eleição do franco atirador Fernando Collor de Melo, nas eleições de 1989, que venceu, fraudulentamente, Lula. Também não se esperava que o PT pudesse tomar a dianteira no segundo posto das pesquisas eleitorais, deixando muito atrás as demais candidaturas. Confirmou-se a possibilidade de Lula, desde a cadeia, transferir votos ao seu substituto. A volta do PT à presidência da República será uma desventura para as forças burguesas, que protagonizaram o golpe de Estado e, principalmente, para a sua fração mais reacionária, que pretendia e pretende riscar os reformistas do mapa.

Não é estranho que importantes órgãos da imprensa imperialista não veem com bons olhos a vitória de Bolsonaro. À primeira vista, parece ser devido ao seu excessivo obscurantismo em torno a valores religiosos e, concretamente, por sua defesa da liberação das armas de porte individual, da criminalização da pobreza, do recrudescimento da lei contra menores infratores e total condenação do direito ao aborto, entre outras questões sociais. Há uma corrente da socialdemocracia internacional que recorre a tais manifestações para sobrepor o movimento de classe média ao movimento do proletariado. No entanto, a questão de fundo está em que não há confiança na possibilidade de tal governo impor às massas novas medidas antipopulares e antinacionais e garantir a aplicação daquelas que estão em curso, como a reforma trabalhista e a lei da terceirização. O PT é considerado mais adequado, uma vez que as massas rejeitaram a candidatura de Alckmin e de Meirelles, para amortecer os choques de classes.

A política de conciliação orquestrada nos 13 anos de governo do PT foi empurrada à beira do precipício pela crise econômica. O golpe de Estado objetivou substituí-la por uma centralização autoritária. O que não foi possível, precisamente pela persistência da crise e pela rejeição das massas ao governo Temer. O PT arrancou forças dessa fraqueza política do golpe e se reconstituiu como oposição burguesa. A prisão política de Lula e a cassação de seus direitos foram um dos últimos recursos usados pela reação para marginalizar o PT e concluir o governo de transição, por meio da eleição de um novo governo alinhado com o golpe. A projeção eleitoral de Haddad – um político pequeno-burguês sem nenhuma expressão entre as massas – ameaça o cumprimento dessa estratégia, que teve por arquiteto o PSDB.

O alinhamento de várias frações da burguesia à candidatura de Bolsonaro corresponde ao empenho de evitar o fracasso total do golpe de Estado. Chegou o momento eleitoral de maior ofensiva: o juiz Sérgio Moro destampou o lixo da delação premiada

de Antonio Palocci, as igrejas saíram a campo aberto, as bancadas parlamentares declaram apoio a Bolsonaro e empresários passaram a fazer campanha ostensiva contra o PT.

A frente ampla anti-PT se alimenta da alta classe média e de uma camada da classe média baixa, que arrastam um amplo contingente de pobres e miseráveis. A força ideológica das igrejas evangélicas se nutre dessa composição social heterogênea. O PT se ergueu eleitoralmente sobre as costas de uma camada da classe média, de uma massa popular de pobres e miseráveis, de camponeses e de uma importante parcela da classe operária. Os sindicatos continuam sendo um de seus principais aparatos. É importante assinalar o apoio de uma fração oligárquica do Nordeste ao PT. Tudo indica que a Igreja Católica pende mais para a candidatura de Haddad. Um massivo movimento feminista convocou as mulheres a não votar em Bolsonaro. Sua natureza, qualificada de suprapartidária, serviu tanto à campanha eleitoral de Haddad, quanto à dos demais candidatos. A força de arregimentação dos evangélicos, no entanto, neutralizou, em parte, o voto das mulheres que iria para Haddad.

O fundamental dessa polarização eleitoral está em que há uma direitização da política burguesa, que cresceu com a crise econômica e com a incapacidade do governo de Dilma Rousseff de seguir a linha ditada pelo capital financeiro. Não por acaso, Haddad procura se aproximar de setores empresariais, inclusive de banqueiros, para dar amparo a seu governo, caso seja eleito. Internamente ao PT, cresce a pressão para que seu candidato se desfaça de bandeiras como “constituente” e “revogação da reforma trabalhista”. Bolsonaro, por sua vez, procura desfazer sua imagem de estatizante, herdada da ditadura militar. Continua, porém, demonstrando que seu governo fará uma virada na política de Estado, reforçando a presença dos militares nos postos de comando. O que expressa, concretamente, a tendência de fortalecimento do Estado-policial, voltado a conter a revolta dos explorados. É preciso deixar claro que, seja com Bolsonaro, seja com Haddad, o próximo governo terá de atacar mais fundo ainda a vida dos explorados. No dia seguinte às eleições, terá de ajustar a política econômica e social à sustentação da gigantesca dívida pública. Não poderá fazer absolutamente nada que atinja a alta carga de juros e, portanto, o parasitismo financeiro estrutural. A política direitista, militarista e fascizante de Bolsonaro somente pode ser combatida por meio da política proletária.

Há que se preparar, desde as fábricas, os demais locais de trabalho, os bairros pobres e miseráveis, bem como o campo, para enfrentar o novo governo que continuará descarregando a crise do capitalismo sobre os ombros da maioria nacional oprimida. Há que se preparar para enfrentar a ofensiva do imperialismo, chefiada pelos Estados Unidos, que, com a guerra comercial, exigirá do Brasil maior entreguismo. Está colocada a luta por constituir as frentes de combates sindicais em defesa das reivindicações mais elementares dos explorados e a frente única anti-imperialista, sob a direção da classe operária.

Em poucos dias, as eleições se findarão, sem que os explorados possam contar com reformas progressivas, que sirvam aos pobres do campo e da cidade. Isso porque o capitalismo é um sistema econômico historicamente esgotado e que tende à desintegração. Nossa luta é por constituir o partido operário revolucionário, capaz de dirigir a luta da classe operária contra a exploração do trabalho, pela revolução proletária e pela constituição de um governo operário e camponês.

Alguns aspectos das eleições

Caráter antidemocrático

Afirmamos que essas eleições seriam as mais antidemocráticas, desde a chamada “redemocratização”. Confirma-se por completo. Evidentemente, trata-se de uma diferença de grau. O fim da ditadura militar não foi substituído por um regime democrático burguês pleno.

A primeira eleição presidencial somente foi realizada em 1989, quando o regime militar se extinguiu, em 1985. O governo de transição, sob o comando do oligarca José Sarney, não foi eleito, mas instituído por um colégio eleitoral, controlado pelos próprios militares. A manipulação das eleições de 1989, para evitar que o PT chegasse à presidência da República, assinalou o poder das corporações sobre o pleito. O Congresso Nacional

que concluiu com a derrubada do governo do PT. PSDB e DEM foram peças-chaves. Mas foi preciso a conspiração do PMDB, que estava no governo petista, para o golpe se consolidar, mascarado de constitucionalidade.

A cassação do mandato da presidente eleita representou a cassação de cerca de 54 milhões de votos que deram um segundo mandato ao PT. O governo preposto – o que o caracteriza como ditadura civil – teve a seu encargo a convocação de eleições na data prevista do calendário. Por dois anos, o País foi governado por uma ditadura civil. Período suficiente para impor as mais violentas reformas antioperárias da história trabalhista do Brasil e retomar o curso da desnacionalização. É sob esse governo, Congresso Nacional, Judiciário e Forças Armadas que se realizam as eleições, que concluirão a transição de um governo usurpador para um governo eleito.

Por dois anos, o País foi governado por uma ditadura civil. Período suficiente para impor as mais violentas reformas antioperárias da história trabalhista do Brasil e retomar o curso da desnacionalização. É sob esse governo, Congresso Nacional, Judiciário e Forças Armadas que se realizam as eleições, que concluirão a transição de um governo usurpador para um governo eleito.

continuou sob o comando dos partidos burgueses oligárquicos. Os mesmos que serviram ao regime do bipartidarismo da ditadura militar, e que sofreram metástase com a “democratização”. O impeachment de Collor de Melo colocou o poder nas mãos do PSDB, em aliança com o PMDB e PFL (DEM). As duas eleições seguintes foram condicionadas por essa aliança golpista.

O PT somente chegará à presidência depois dessa aliança desmoronar, e as massas se revoltarem contra a política antinacional e antipopular de Fernando Henrique Cardoso. Lula chegou ao poder na condição de submisso aos ditames do capital financeiro, e atado ao Congresso Nacional oligárquico. Não faltou a tentativa de um golpe parlamentar para acabar com o primeiro mandato de Lula. Somente os ventos favoráveis da economia e a popularidade dos programas sociais permitiram um segundo mandato sem grandes tremores. A crise econômica, porém, abrirá um período de crise de governabilidade sob a presidência de Dilma Rousseff. A eleição de 2014, precedida de uma ampla mobilização em meados de 2013, esteve marcada por uma polarização entre PT e PSDB, que prenunciou a constituição de um movimento golpista. A queda econômica anterior e a recessão aberta em 2014 abriram caminho ao movimento do impeachment. Armou-se uma frente ampla golpista,

cebu a cláusula de barreira e reduziu o tempo de campanha pela metade. O monopólio dos meios de comunicação continuou a ditar a propaganda eleitoral. E as corporações empresariais e religiosas aumentaram sua capacidade de interferência em favor do partido, da aliança e do candidato que melhor se encaixam nos seus interesses e ditames. As igrejas evangélicas fizeram pender a balança para Bolsonaro. As redes sociais são comandadas por especialistas e equipes que têm por trás muito recurso. A cassação dos direitos políticos de Lula marca a fogo as eleições. Fez parte do golpe de Estado e da decisão arbitrária de não permitir a volta do PT à presidência.

Esse conjunto de fatores históricos e circunstanciais dá a essas eleições um caráter acentuadamente antidemocrático. Os explorados acabaram sendo arrastados, principalmente, pelas candidaturas de Bolsonaro e Haddad. É falso que a maioria quer um governo militarizado, voltado à violência policial e à continuidade da política de reformas de Temer. É falso que os milhões de pobres que votaram em Haddad veem no governo petista a solução de seus problemas. Quanto mais antidemocráticas forem as eleições, menor a possibilidade de existir qualquer lampejo de consciência de classe dos explorados e maior a possibilidade de manipulação da vontade popular.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Militarização da política

Temer reorganizou o aparato de segurança do Estado, ou seja, a polícia política. Colocou generais em postos-chaves em seu governo. Interveio com as Forças Armadas em vários estados, principalmente no Rio de Janeiro. O comandante do Exército, general Eduardo Villas Bôas, passou a emitir ordens às instituições e a se manifestar com certa insistência sobre a crise política, as eleições, etc. Uma de suas ordens foi dirigida aos juízes do STF, para que não facilitassem a libertação de Lula e muito menos permitissem que se candidatasse. Até mesmo a proibição de Lula dar uma entrevista ao jornal Folha de São Paulo contou com a participação de alta patente.

Dias Toffoli, ao assumir a presidência do STF, pediu a bênção a Villas Bôas e solicitou que indicasse um de seus assessores. O ex-chefe do Estado Maior, general Fernando Azevedo e Silva, desde então, passa a ser um canal direto do STF com o comandante do Exército. Nota-se que o golpe de Estado e a ditadura civil instituída alavancaram a influência dos militares na política. Indica a presença da tendência autoritária, que se potenciou à sombra do governo petista, e que saiu à luz do dia com a crise econômica e política, que foi se desenvolvendo desde 2008, ganhou força em 2014, e chegou ao ápice em 2016.

A Operação Lava Jato e seu impacto abrangente nos partidos e, consequentemente no Congresso Nacional, favoreceram a judicialização e a militarização da política burguesa. Não por acaso, dois temas foram empunhados pela ultradireita nas eleições: o da corrupção e segurança pública. Os militares compareceram como avalistas da suprema moralidade e da propriedade. Mal sabe a população o quanto são responsáveis pela imoralidade e pela explosão da violência criminal. É assim que os militares estão deixando para trás os feitos da di-

tadura instalada em 1964, e retomando as rédeas de comando político no Estado.

A via de sua aparição, como dissemos, foi o golpe de Estado e a ditadura civil de Temer. A sua projeção marca mais ostensivamente as eleições. Os generais não teriam como exercer a influência direta nas candidaturas dos grandes partidos da burguesia. A projeção de Bolsonaro, por meio de um partido que não passa de uma legenda artificial, favoreceu a intervenção de generais. Seu principal homem é o general Augusto Heleno, que comandou a intervenção no Haiti, sob as ordens do governo petista e do imperialismo norte-americano. O vice de Bolsonaro, general Hamilton Mourão, se destaca por ser um radical defensor da ditadura militar. Ainda ladeiam o fascista, generais como Aléssio Ribeiro Souto e Oswaldo de Jesus Ferreira. Provavelmente, há muitos outros que esperam a eleição de Bolsonaro para assumir seus postos na política geral de Estado.

É bom frisar que o general Heleno é vinculado ao PRP, que pertence à arquirreacionária e potente Igreja Universal. Os pastores evangélicos foram decisivos na edificação da candidatura de Bolsonaro. É nessa situação de direitização da política burguesa que foram eleitos 56 deputados estaduais e 14 federais. Boa parte vinculada ao PSL. O País, sem dúvida, está diante de uma grande virada na política burguesa, perante a qual o PT deve se adaptar para sobreviver. A potente crise econômica mundial exige governos ditatoriais. O que se verifica como um fenômeno mundial, que o proletariado e a maioria oprimida terão de enfrentar, empunhando suas reivindicações, respondendo os ataques com seu método de luta, construindo suas organizações de base, forjando sua democracia e marchando sob a sua estratégia própria de poder.

Os aparatos das igrejas evangélicas impulsionam a direitização

É obrigatório fazer uma ampla denúncia entre os explorados do papel reacionário, obscurantista e fascista que as igrejas evangélicas estão desempenhando para eleger Bolsonaro e impulsionar a militarização da política. Nenhum dos candidatos das esquerdas teve essa atitude, absolutamente necessária, para lutar contra a ultradireita burguesa.

É bem conhecido o império montado pelo bispo Edir Macedo, da Igreja Universal. Chegou ao ponto de ter um partido próprio – o PRP. A frente parlamentar evangélica se tornou uma importante força política no Congresso Nacional. Compõe um bloco com a frente parlamentar do agronegócio e da segurança pública. Não há como governar sem o consentimento dessa plêiade, que está sob o comando de bispos evangélicos, latifundiários e policiais.

O fato de as esquerdas não denunciarem as igrejas evangélicas indicou o eleitoralismo arraigado. Não se pode combater as tendências fascistas ocultando esses aparatos, que amordaçam e submetem milhões de explorados à política burguesa em geral, e à ultradi-

reita em particular. Estamos obrigados a assinalar que o PT dependeu dessas corporações para eleger Lula e Dilma. Sob seus governos, a direita religiosa se fortaleceu. A defesa explícita da subordinação da mulher à família, das relações patriarcais, da criminalização do aborto, da condenação à homossexualidade, da subordinação da educação aos preceitos religiosos, etc. foi ganhando força, à medida que fracassava a política do reformismo e sua adaptação às pressões dos aparatos religiosos, que

Adquira com o distribuidor de Massas:



A oposição entre as direções/correntes em geral e as bases/POR deve se elevar na luta por uma direção revolucionária para o movimento estudantil.

R\$5



Balanço da greve da USP

2018



POR Partido Operário Revolucionário

4 MASSAS

A greve na USP aconteceu em meio a uma tendência geral de luta no país, que empunhou reivindicações que poderiam levar a uma ampla unidade contra o governo, a burguesia e suas medidas antinacionais e antipopulares, retomando o caminho da greve geral de 28 de abril de 2017. As direções reformistas e centristas rejeitaram essa via e se apegaram ao corporativismo e a conciliação de classes. O POR travou combate em defesa da retomada da greve geral e do programa e métodos proletários. Pôs-se em evidência a necessidade de constituir uma fração revolucionária e avançar a luta pela superação da crise de direção.

inclui a Igreja Católica.

É nos momentos de profunda crise política que se evidencia perante as massas o entrelaçamento das igrejas com os grupos econômicos e suas ações em favor dos interesses gerais da burguesia. Não se pode dar um passo na defesa da independência da classe operária sem combater concretamente, no campo da luta de classes, a influência das igrejas sobre as massas oprimidas. O PT, PCdoB e PSOL levantam a bandeira eleitoral de

O voto das mulheres

As mulheres se tornaram um campo especial da disputa eleitoral. Representam cerca de 53% dos eleitores. Não há novidade nesse fato. É próprio do processo eleitoral. Desta vez, porém, a corrida às mulheres expressou uma particularidade da situação. A candidatura de Bolsonaro esteve e está carregada de preconceitos e expressa os enfrentamentos, ocorridos ao longo de sua carreira parlamentar, contra as reivindicações do movimento feminista e as ações do reformismo. Por trás, a bancada evangélica, com apoio dos católicos, impulsionou um movimento de reação ao direito ao aborto, entre outros aspectos.

Vinculado ao conflito em torno à legislação protetora da mulher, se destacaram os direitos civis dos homossexuais. A violência crescente e diária que atinge as mulheres e os homossexuais se encarregou de tornar a questão explosiva. O reformismo fez uma ofensiva sob a diretriz de “identidade de gênero” e de reação ao “machismo”. Embora os dois conceitos mais ocultem do que revelam as fontes dessas formas de opressão, mais tratem das consequências isoladas do que das causas, provocaram antagonismos ideológicos no campo da política burguesa.

O Brasil não poderia se isentar de um conflito que é mundial. Há uma reação conservadora e obscurantista, que tende a posições fascizantes. Sob os governos petistas, gestaram e potencializaram a reação religiosa contra qualquer progresso no campo dos direitos da mulher, dos homossexuais e da população negra, que suporta o peso do racismo. A influência ideológica e cultural sobre a família e a escola é tida historicamente como monopólio da religião. Mesmo que não se altere em nada a família como fonte de escravização da mulher e reprodução de sua opressão e a escola como instrumento da ideologia burguesa dominante – essa é a posição do reformismo –, a reação catequética da religião se torna virulenta diante de qualquer alteração ao que se tem como dogma, valores morais, regras de subserviência, etc.

Ocorre que o capitalismo vem em um longo percurso de decomposição, e a tendência é a de intensificar as bárbaras consequências, originadas da divisão de classes da sociedade. A opressão sobre a mulher se tem agravado, em vez de se amenizar. O que

Eleições 2018

frente democrática, de frente antifascista e de defesa da democracia, mas se negaram a atacar as igrejas evangélicas e os partidos a elas ligados.

A militância abnegada e honesta, que ainda guarda ilusões com a esquerda reformista, deve prestar atenção na adaptação e acomodação que fazem esses partidos perante uma das maiores agências de opressão espiritual das massas e, em especial, das mulheres trabalhadoras.

abarca todo tipo de opressão social. É preciso considerar esse quadro geral para se entender a particularidade das eleições que estão por concluir com a entrega da presidência da República a um ex-militar partidário da ditadura, inimigo mortal de qualquer reforma que vá ao encontro das reivindicações mais elementares das mulheres, homossexuais, negros e indígenas. Está claro que não são possíveis reformas no capitalismo putrefato, que levem ao fim das discriminações e demais consequências. O fracasso da política geral do reformismo petista implicou o fracasso de sua política particular dirigida às mulheres, etc.

A reação encarnada por Bolsonaro nada mais fez que refletir a ação das igrejas contra qualquer alteração na lei que criminaliza o aborto e qualquer avanço na política de “gênero”, encarnada pelo reformismo petista e seus congêneres (PSOL, etc.). Esse enfrentamento nunca rompeu os limites do Congresso Nacional e, agora, tomou corpo na disputa pelo voto das mulheres.

O “movimento mulheres unidas contra Bolsonaro”, que ergueu a bandeira #Elenão, foi criado nas redes sociais por Ludimilla Teixeira, que se auto intitula anarquista e, portanto, apartidária. Uma das condições é que homens não podem partilhar. A bandeira “Elenão” passou a abrigar imediatamente candidaturas como as do PT, PSOL, PSTU, Ciro, Marina e Alckmin. A massiva manifestação de 29 de setembro ocorreu sob o signo do apartidarismo, portanto, sob a indefinição de classe. Esperava-se que a grande maioria das mulheres se deslocasse para Haddad. Surpreendentemente, Bolsonaro obteve uma votação significativa entre as mulheres. A pressão das igrejas evangélicas conteve uma virada rumo ao candidato do PT. Não apenas mulheres da classe média, mas também das camadas mais oprimidas, foram arregimentadas pela pregação da ultradireita. Se, de um lado, no caso, o embate eleitoral chama a atenção para a opressão, de outro, dificulta a unidade no combate pelas reivindicações e pelo programa de emancipação e igualdade entre homens e mulheres.

A disputa evidenciou a necessidade das mulheres exploradas se emanciparem, tanto da política da direita obscurantista quanto da esquerda reformista. O que significa se emancipar da política burguesa em geral. Somente o programa revolucionário pode unir trabalhadoras e trabalhadores em um movimento independente da burguesia e dos seus meios de dominação, entre eles as eleições e a constituição de um novo governo burguês. O enfrentamento à poderosa influência da religião sobre as massas femininas começa pela organização do movimento unitário contra a exploração do trabalho, as discriminações, a dupla jornada, a desproteção da maternidade e a escravização na família. Essa via é combatida pela direita e desviada pela esquerda burguesa para o parlamento patriarcal.

(...) não são possíveis reformas no capitalismo putrefato, que levem ao fim das discriminações e demais consequências. O fracasso da política geral do reformismo petista implicou o fracasso de sua política particular dirigida às mulheres, etc.

Adquira com o distribuidor: **R\$ 35**

ASCENSO E QUEDA DO PT

Este livro condensa o processo histórico do fracasso da estratégia e da política do reformismo, testemunha a impossibilidade da classe operária chegar ao poder pela via das eleições, afirma os fundamentos marxistas da revolução proletária e coloca a luta pela construção do partido revolucionário.

A luta pela construção do Partido Operário Revolucionário

Esclarecemos que esse artigo foi escrito imediatamente após os resultados eleitorais do 1º turno, quando apenas o PSOL e PCB declararam voto em Haddad. O MRT publicou seu apoio no dia 9 e o PSTU, no dia 10 outubro. Mantivemos o artigo em sua forma original, para conservar a crítica às indecisões. Em outro artigo, discutiremos as decisões das esquerdas em seu conjunto.

Apoio do PSOL e PCB a Haddad no segundo turno

Imediatamente, PSOL e PCB declararam voto no candidato petista. PSTU e PCO anunciaram que se reunirão para uma definição final. MRT publicou um balanço sem a devida conclusão, provavelmente está confuso. Definidos, nas primeiras horas após a apuração dos votos, com a devida explicação, estão PSOL e PCB. Não é por acaso que as esquerdas reformistas e centristas se comportem assim: de um lado, com a decisão pronta; de outro, com a necessidade de avaliar internamente se darão apoio ao candidato do PT. Não são indiferentes as três atitudes no calor dos resultados finais: 1) Definição; 2) Espera de uma reunião; 3) Sem conclusão. O “sem conclusão”, que é o caso do MRT, certamente, se encaixa na segunda variante. No momento, nos resta analisar a posição do PSOL e PCB. De nossa parte, não vemos por que esperar uma Conferência, como faz PCO, para decidir pelo voto em Haddad ou pelo voto nulo.

A decisão imediata do PSOL e PCB é decorrência natural da mesma política que sustentou a candidatura de Boulos. O MRT usou de empréstimo a legenda do PSOL (chamada de “legenda democrática”), para viabilizar algumas candidaturas e fazer proselitismo em torno de “candidaturas anticapitalistas”. É bem provável que esteja em dúvida. Como apoiar, agora, Haddad? PCO renunciou a candidatura própria em defesa de Lula. Não havia motivo para ficar desconcertado

com a sua substituição por Haddad. Estava previsto no roteiro eleitoral do PT, orientado por Lula. PCO ocultou-se no primeiro turno. Valeu-se da máscara da campanha pela libertação de Lula. No segundo turno, necessita de reunir seu partido para ver que rumo tomar. Levantará a bandeira de voto em Haddad, continuará na sombra ou se colocará pelo voto nulo? PSTU também anunciou uma reunião partidária, mas de passagem indicou que não apoiará o candidato do PT. Vai se posicionar claramente pelo voto nulo? Está claro que todos estão sob intensa pressão do chamado “antifascista” e de defesa da democracia, propagandeado já no primeiro turno pelo PT. Estabeleceu-se, agora, uma linha divisória de quem está com o fascista Bolsonaro e o democrata Haddad.

É bom lembrar, enquanto está fresco na memória, que as esquerdas que tiveram suas candidaturas e que procuraram não emblocá-las com Haddad não viram o perigo do ultradireitista ganhar no primeiro turno. Seguiram piamente a prescrição eleitoral dos dois turnos. Não se dispuseram a fazer uma grande frente eleitoral antifascista e em defesa da democracia, apregoada pelo PT. Ciro Gomes, a exemplo do PSOL e PCB, também se declarou adversário do fascismo. Mas não se dispôs a renunciar à sua candidatura, em nome da unidade antifascista. Assim que ficou claro que o PT era o único rival à ascensão eleitoral da direita, as demais candidaturas de esquerda, principalmente as de Ciro e Marina, favoreciam Bolsonaro. Todos, porém, ficaram à espera do segundo turno, do qual estava claríssimo que Bolsonaro sairia fortíssimo. Não há dúvida de que estamos diante de evidente hipocrisia das esquerdas, tomadas no seu sentido

mais amplo. Abarca, inclusive, o burguês Ciro Gomes, a quem o homem forte do PT, Jaques Wagner, pretende entregar a coordenação da campanha de Haddad no segundo turno.

O PCB diz que: “Não subestima o fascismo”, assim conclui pelo “voto crítico no candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), Fernando Haddad”. O PSOL, em sua declaração de apoio a Haddad, que estamos diante de uma “batalha na qual a neutralidade não é uma opção”. Conclui que “Há apenas um lado para a esquerda socialista nesta luta: derrotar a ameaça neofascista no 2º turno”. Pretende-se, assim, justificar sua capitulação com a dicotomia dos dois lados e com o argumento da rejeição à neutralidade. Esse raciocínio binário, mecânico e mesquinho pretende abarcar “a esquerda socialista”. Estende seu seguidismo ao PT a toda “esquerda socialista”. Não há outra via, a não ser convocar os explorados a viabilizar a volta do PT à presidência da República. Isso porque representaria o afastamento do perigo do “neofascismo”. De repente, a política do PT se tornou a única via diante da ultradireita. Todos os “socialistas”, portanto, devem se

Esses “socialistas” não querem ver até onde vai a responsabilidade do PT e de Lula pelo fato da ultradireita ganhar força eleitoral, ao ponto de arrastar um vasto contingente dos explorados por trás do obscuro Bolsonaro.

empenhar na eleição de Haddad. PSOL não pretende falar por si mesmo, mas pela “esquerda socialista” como um todo.

Esses “socialistas” não querem ver até onde vai a responsabilidade do PT e de Lula pelo fato da ultradireita ganhar força eleitoral, ao ponto de arrastar um vasto contingente dos explorados por trás do obscuro Bolsonaro. O que não lhes permite entender o significado mais profundo da adaptação dos governos petistas aos interesses gerais e particulares dos capitalistas, em contraposição aos interesses dos explorados. Uma vasta camada da população não concluiu sua experiência com a impotente política do nacional-reformismo petista, tanto é que colocou Haddad no segundo turno, mas, outra vasta camada se tornou suscetível à pregação das igrejas evangélicas e demais aparatos da política burguesa. É essa movimentação das massas que determinou, em última instância, a polarização eleitoral entre a ultradireita em ascensão e o nacional reformismo caduco. Não há como modificar essa relação por meio da volta do PT ao poder do Estado.

A convocação das massas a retomarem sua confiança no petismo – nisso consiste o apoio a Haddad – é uma burla, típica do oportunismo pequeno-burguês. A virada da situação política para a direita tem de ser considerada no seu conteúdo de classe. Desde que a crise econômica mundial arrastou o Brasil para a brutal recessão, a burguesia nacional vem inclinando cada vez mais à direita. O movimento do impeachment, o golpe de Estado e a constituição da ditadura civil de Temer foram seus sintomas. Bolsonaro é um rebento dessa direitização, que teve e tem por base social a classe média. Ir à direita na política burguesa signi-

fica concretamente adotar amplas medidas de ataque à vida das massas, de um lado; e atender às pressões do imperialismo em ampliar a desnacionalização, e garantir o parasitismo financeiro, de outro. Como se vê, são duas faces da mesma moeda. Que tipo de governo é capaz de impor essa carga sobre os explorados? Aquele que se dispor a quebrar pela força a resistência da classe operária, dos camponeses oprimidos e a juventude pobre. Temer assumiu o governo com essa condição, uma vez que a política burguesa de colaboração de classes do PT havia se esgotado. Não precisou do uso de maior violência reacionária, porque o PT e a burocracia sindical como um todo – não somente a comandada pelo PT por meio da CUT – limitaram a revolta das massas e impediram que a classe operária tomasse a frente do combate às reformas antipopulares e antinacionais de Temer, do Congresso Nacional, do Judiciário e demais instituições da burguesia. O desmonte do movimento que levou à greve geral de 28 de abril foi o gesto mais conciliador que o governo preposto recebeu. Todo o tempo, o PT, PCdoB, CUT, CTB, MST e aliados se dirigiram às massas exortando os valores da democracia burguesa, como se essa não fora e não estivesse sendo usada contra a maioria oprimida.

A bandeira inicial do PT não era a luta contra a direita fascizante, mas sim a restituição da legitimidade de um novo governo eleito. PSOL seguiu a mesma linha. A submissão do PT à democracia burguesa o conduziu a reconhecer a legitimidade da eleição de Bolsonaro. A burguesia pretendia Alckmin, que só aparentemente representa uma direita mais civilizada e menos funesta. O programa econômico de Paulo Guedes é o mesmo que o do candidato do PSDB, fragorosamente derrotado nas urnas. O que distingue Bolsonaro, daí o seu “neofascismo”, é sua resposta obscurantista à opressão sobre as mulheres, à discriminação racial e sexual. O que expressa a ofensiva das igrejas evangélicas e de grupos econômicos contra o movimento de defesa de direitos elementares das mulheres, negros, homossexuais e indígenas. A defesa da liberação do porte individual de armas, da proteção aos latifundiários, alteração no critério da maioria penal e maior liberdade para a polícia assassinar é uma posição extremada da direita burguesa. Bolsonaro, como se constata, expressa de maneira mais aberta e contundente as tendências direitistas que se albergam nas entranhas da burguesia. Não pode e não se deve separar nem ocultar esse caráter de classe da virada direitista, que tem caracterizado a nova situação política, aberta com o movimento de derrubada do governo constitucional de Dilma Rousseff.

O PT se distinguiu por ter encabeçado um movimento em favor das mulheres, negros, homossexuais e indígenas, procurando aplicar diretrizes da ONU e da socialdemocracia europeia. Mas, tudo nos limites do capitalismo, do processo legislativo, judiciário e por meio da colaboração de classes. No fundamental, evitou e combateu a via da luta de classes. Os reformistas

Eleições 2018

– nisto toda a esquerda se basilar pelo PT – criaram o desvio de que a opressão da mulher, etc. não é de classe. Agarraram-se à conclusão de que, por meio de legislação punitiva, de maior repressão judicial e policial e de mudança na educação, se levaria gradualmente à igualdade e ao fim das discriminações. O PSOL professa na mesma cartilha petista sobre a questão das opressões. Ocorre que, diariamente, se reproduzem as discriminações, assassinatos, estupros, abortos clandestinos e outras chagas, que nascem das relações capitalistas de produção e de exploração do trabalho. Bolsonaro encarna a diretriz de criminalização dos movimentos. Vai recrudesce as perseguições políticas. Evidenciou que os militares terão maior desempenho na condução política do Estado. A crise de governabilidade – sob a responsabilidade do PT – e o golpe de Estado facilitaram a militarização da política. A ditadura civil de Temer aplainou esse caminho. Bolsonaro é a expressão mais concentrada da tendência burguesa de elevar o “Estado de Direito” a Estado policial. Esse percurso está aberto, e Bolsonaro passou a ocupá-lo, nas condições de decomposição da direita liderada pelo PSDB e da esquerda representada pelo PT.

Reafirmamos a necessidade de determinar o caráter de classe do movimento fascizante encabeçado por Bolsonaro. Somente o proletariado – organizado e assentado na luta de classes contra a burguesia interna e o imperialismo – pode combater e fechar passagem à implantação do programa reacionário do ex-militar. Não será elegendo Haddad e recolocando o PT na condução do Estado que a direitização da burguesia será derrotada e revertida. O enfrentamento se dará contra a burguesia, e não apenas com uma de suas expressões políticas. É imprescindível combater a direita fascizante com a estratégia própria de poder da classe operária e com os métodos da luta de classes. A vanguarda não deve se iludir com o chamado à frente democrática e antifascista impulsionada pelo PT, PSOL, PCdoB, PCB e outras correntes do campo reformista. Ao contrário, é preciso alertar que Haddad já acenou para setores da burguesia que fará um governo de reconciliação com parte daqueles que promoveram o golpe de Estado. Essa é a via de manter a classe operária desarmada e submissa à política de conciliação de classes.

Não há de fato neutralidade diante do movimento fascista, como não há neutralidade diante de qualquer movimento da burguesia. Daí tirar a conclusão de que inexoravelmente os “socialistas” terem de votar em Haddad é se utilizar do oportunismo para ocultar a própria impotência diante da virada da burguesia à direita. A tarefa é a de preparar desde já a luta contra o novo governo burguês que sairá do segundo turno. Tudo indica que Bolsonaro vencerá. A possibilidade de uma mudança de percurso é remota. Devemos estar preparados para, no dia seguinte às eleições, por em marcha um movimento nacional contra os ataques de Bolsonaro às massas e a dilapidação da economia nacional. A melhor via é a de constituir comitês de luta anti-imperialista e anticapitalista. Organizar uma frente única anti-imperialista, encabeçada pelo proletariado. Levantar as bandeiras que levaram os explorados à greve geral de abril do ano passado. Exigir que as centrais e os sindicatos rompam com a política de conciliação de classes. Que convoquem as assembleias sindicais e populares. Que coloquem claramente a tarefa de emancipar os explorados da influência do obscurantismo religioso e de toda política burguesa, que inclui o reformismo com sua política de conciliação de classes.

Adquira com o distribuidor: R\$35

AS ESQUERDAS NO BRASIL

O Trotskismo diante da Tarefa de Construir o Partido Revolucionário

O livro desenvolve o percurso de mais de 20 anos em torno da batalha contra as várias correntes revisionistas de esquerda, como parte da luta pela elaboração do programa e da construção do partido revolucionário.

AS ESQUERDAS NO BRASIL
O trotskismo diante da tarefa de construir o partido revolucionário

RECONSTRUIR O PARTIDO MUNDIAL DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA À IV INTERNACIONAL

Grande convergência de apoio eleitoral a Haddad

Uma das últimas declarações de voto no candidato petista foi a do PSTU. Anteriormente, PSOL, PCB e MRT já o tinham definido. Mas essa convergência não se limita às esquerdas que se reivindicam do socialismo. PSB e PDT – partidos burgueses – se reuniram com Haddad e definiram o voto a seu favor. É bem possível que uma fração do PSDB faça o mesmo, como indicaram alguns partidários de José Serra. Oficialmente, como partido, declarou-se neutro, liberando o voto. Foi o caso também de alguns partidos do “centrão”, que se acham divididos. A burocracia que comanda as principais centrais – incluindo a Força Sindical – selaram um acordo de apoio a Haddad. No primeiro turno, estiveram pulverizados diante da candidatura do ultradireitista Bolsonaro, que de início tomou a frente nas intenções de voto. Agora, no segundo turno, armou-se a “frente democrática”, apregoada pelo PT antes de lançarem as candidaturas.

Do PSTU ao PSB (partido que apoiou o golpe de Estado), se promoveu uma grande convergência. Está aí um formato de frente popular, historicamente concebida pelo estalinismo. Todos dizem que se trata de uma contingência para derrotar o fascismo. Não nos interessa a demagogia dos chefes do PDT e PSB. Importa a discussão com as esquerdas, que se reivindicam do socialismo e do marxismo.

No artigo acima, comentamos a posição do PSOL e PCB, que já tinham a decisão tomada antecipadamente. Dedicaremos mais à discussão com o PSTU, principalmente. Em sua declaração do dia 10, “Derrotar Jair Bolsonaro nas urnas e nas ruas”, convoca os explorados a “votar no 13, Haddad”. Diz que não hipoteca “nenhum apoio político” ao candidato do PT. E que fará oposição a qualquer um que seja vencedor. Tanto Bolsonaro quanto Haddad “vão governar para os banqueiros”. Essa previsão é taxativa e fundamental, com a qual estamos em completo acordo.

Então por que votar em Haddad? Eis a essência da explicação: “Ele (Bolsonaro) ameaça colocar os militares nas ruas e impor uma ditadura que impeça o trabalhador de lutar (...)”. Trata-se, portanto, de escolher o mal menor. De um lado, um governo ditatorial; de outro, um menos ditatorial (de conciliação de classes). Essa previsão, no entanto, não deve pairar no ar. Está determinada pelas condições da luta de classes. A implantação de um governo ditatorial, no caso tipicamente bonapartista, que é uma tendência concreta que se manifestou no golpe de Estado (o PSTU não admite que houve um golpe), não se dará nas nuvens, estará condicionada à marcha da crise econômica, das divisões interburguesas e, principalmente, da resistência das massas.

O problema está em que o proletariado se encontra desorganizado, controlado pela burocracia sindical estatizante e preso à camisa de força da política de conciliação de classes, implantada desde que o PT ganhou força política no País. Se não se tem clara a correlação de força entre as classes, nas condições de desintegração econômica, não se pode avaliar o quanto é perigoso alimentar as ilusões eleitorais no PT. Se o PSTU tivesse levado a sério a sua bandeira de “rebelião popular” e não a utilizasse apenas para efeito de diferenciação esquerdista nas eleições, não se colocaria pela solução oportunista do mal menor.

As massas passaram pelas experiências com o nacional-reformismo, o que explica o porquê de um grande contingente ter se desencantado e se deslocado para o apoio eleitoral ao fascista Bolsonaro. E o outro contingente ainda terá de sentir na carne a dor da traição. Não vamos ajudar, portanto, nenhum, nem outro contingente a trilhar o caminho de independência de classe, enfileirando-se por trás da candidatura de Haddad, que, para não deixar dúvidas à burguesia, se comprometeu a defender seus interesses gerais e a manter os explorados submetidos à democracia burguesa, que não é senão uma variante do exercício da ditadura de classe da minoria exploradora contra a maioria explorada.

MRT, como o PSTU, uma das inúmeras variantes do morrenismo, um mês antes das eleições, afirmava: “Nós do MRT que impulsionamos o Esquerda Diário, ao mesmo tempo que defendemos irrestritamente o direito das massas decidirem em quem votar, não apoiamos o voto no PT e criticamos duramente sua estratégia de conciliação de classes que abriu caminho ao golpe institucional” (9 de setembro). Em sua declaração de 11 de outubro, descobriu que, diante da “excepcionalidade de eleições brutalmente manipuladas, que favorecem o avanço do autoritarismo herdeiro da ditadura”, era preciso votar “criticamente em Haddad”. Descobriu também que um gigantesco contingente dos explorados desconheceu o candidato do PSOL, Guilherme Boulos, apoiado pelo MRT, e rejeitou o direitista Bolsonaro descarregando o voto no PT. Então, nada mais certo e justo, no segundo turno, do que acompanhar as massas em seu “ódio e a vontade de lutar contra Bolsonaro”.

Já o PSTU recorre à explicação de que “muito operários e trabalhadores votaram em Bolsonaro (...) porque estão indignados com tudo que está aí, com o desemprego, com a corrupção generalizada, com a retirada de direitos e também com o PT”. Logo, o PSTU confessa que partilha dessa mesma “indignação”. Responsabiliza o PT e chama a atenção que “votar no Bolsonaro é dar vários tiros no nosso próprio pé”. E votar em Haddad não é também dar tiros no próprio pé? Conclusão, a saída é votar no 13, sem lhe prestar apoio político.

É incompreensível aos explorados o chamado a votar em Haddad sem que isso não signifique apoio político. A posição oportunista necessita de bom palavreado para se acobertar. É também o caso da bandeira “Derrotar Jair Bolsonaro nas urnas e nas ruas”. As massas nas eleições se movem sob a pressão da política e dos aparatos da burguesia. É fundamental esse reconhecimento para compreender o absurdo que é votar em Bolsonaro como castigo ao PT. Mas não somente as massas padecem de tais pressões. Também as esquerdas reformistas, que perdem sua tintura socialista no momento que têm de optar entre duas variantes da política burguesa. A burguesia pressiona e arrasta as massas, e essas, por sua vez, pressionam as esquerdas eleitorais e as arrasta para o beco sem saída do oportunismo. Não são capazes de marchar contra na corrente, lutando pela independência de classe do proletariado. Não lhes incomoda convergir com o PSB, PDT e toda a burocracia sindical. Os “socialistas” que declaram apoio a Haddad contra Bolsonaro juraram independência.

Declaração do POR / Diante da convocação de comitês antifascistas e pela defesa da democracia

10 de outubro de 2018

Diante da convocação de comitês antifascistas e pela defesa da democracia, pelo PT, PCdoB, PSOL, PCB e outras correntes, o Partido Operário Revolucionário (POR) se posiciona. Considera necessário criar organizações de massa contra o avanço da direita fascizante. Os comitês são uma boa iniciativa de frente única. Mas o POR entende que não deve ser vinculado às eleições, uma vez que seja Bolsonaro, seja Haddad, o próximo governo continuará a atacar a vida dos explorados. Comitês organizados para angariar votos acabarão assim que terminar as eleições. Temos de pôr em pé comitês de combate, que sirvam de canal de luta dos explorados e da juventude. Terminadas as eleições, continuarão funcionando e trabalhando no seio dos explorados contra os novos ataques que virão com absoluta certeza. A virada eleitoral em favor de uma candidatura fascizante é reflexo de uma virada da burguesia. É contra a ofensiva da classe capitalista que estamos em luta. O POR se empenhará com toda energia a constituir comitês de combate pelo programa de reivindicações dos explorados e por meio da luta de classes; se empenhará terminantemente pela edificação da democracia operária, que se opõe à democracia burguesa. Abaixo, expomos com mais detalhe.

- 1) As eleições expressaram a direitização da burguesia, encarnada na candidatura fascizante de Bolsonaro, e na maciça intervenção das igrejas evangélicas, bem como de poderosos grupos econômicos.
- 2) Está colocada a luta da classe operária e dos demais explorados contra o avanço da direita burguesa fascizante. Mas, não será elegendo um novo governo burguês do PT que os explorados enfrentarão as tendências autoritárias e militaristas da burguesia. É preciso ter clara a responsabilidade dos governos do PT, que governaram de acordo com os interesses gerais dos capitalistas, e sua ligação e subordinação a oligarquias regionais, especialmente do Nordeste.
- 3) Na base do avanço da ultradireita, se encontra a profunda crise econômica. Como parte da crise estrutural do capitalismo mundial, a burguesia está obrigada a atender às exigências do imperialismo, o que se converteu e se converte em quebra da economia nacional e maior desnacionalização.
- 4) Para descarregar as brutais consequências sobre os ombros da classe operária e dos demais oprimidos, a burguesia precisa de um governo que imponha pela força suas medidas antipopulares e antinacionais. Daí a direitização da política burguesa no último período.
- 5) O governo do PT não apenas permitiu que os capitalistas demitissem em massa, como aprovou criminosamente uma alteração da lei do seguro desemprego. A burocracia sindical, por sua vez, contribuiu com a implantação da flexibilização capitalista do trabalho.
- 6) O golpe de Estado que derrubou o governo de Dilma Rousseff se gestou nessas condições. A direita fascizante se potenciou com o movimento de classe média e com a paralisia da classe operária.
- 7) O PT e seus aliados se mostraram incapazes de reagir, apoiados na luta direta do proletariado e das massas, mantendo-se sua contestação nos limites da própria democracia oligárquica que lhes cortava a cabeça. Mantiveram-se agarrados à miragem da democracia abstrata, quando concretamente isso ser-

via às forças golpistas.

- 8) O PT ocultou que foi instalada uma ditadura civil no País. Na oposição, colocou-se pelo objetivo de constituir um novo governo pela via das eleições, o que lhe conferiria “legitimidade” pelo sufrágio popular. Eleições conduzidas pelas mesmas instituições que viabilizaram o golpe. Eleições completamente antidemocráticas.
- 9) A greve de 28 de abril do ano passado foi, em seguida, desmontada pela burocracia sindical. Assinalou ao governo preposto que não iria adiante com a luta nacional grevista. O que deixou as mãos livres do Congresso Nacional golpista para aprovar a reforma trabalhista e a lei da terceirização.
- 10) Os escândalos de corrupção não se limitaram ao PT. Atingiram o governo usurpador, o PSDB, o PMDB e uma grande parcela dos parlamentares. Tornou-se inevitável a desintegração da frente partidária golpista, diante da permanência da crise econômica, que inviabiliza uma maior unidade burguesa.
- 11) A população rechaçou em sua esmagadora maioria o governo Temer. Cresceu a aversão aos principais partidos da burguesia. Aumentou o desencanto com o PT. O que permitiu um grande deslocamento da população para a candidatura da ultradireita. Esta serviu de escoadouro para o antipetismo, no lugar das candidaturas dos partidos golpistas.
- 12) A falência da candidatura de Alckmin teve em contrapartida a afirmação da candidatura de Bolsonaro. O império das igrejas evangélicas e uma fração da burguesia se encarregaram de potenciar a candidatura fascizante.
- 13) A possibilidade de eleição de Bolsonaro é grande. O que exige do movimento operário, popular e estudantil se preparar desde já para enfrentar o novo governo com as reivindicações, com a estratégia própria de poder da classe operária e com os métodos da luta de classes.
- 14) No caso mais improvável de vitória de Haddad, também devemos nos preparar desde já, porque se valerá da política de conciliação de classes para impor medidas antipopulares e antinacionais. O candidato petista já fez sinal nesse sentido, procurando se aproximar de setores burgueses e dos militares, e anunciou que fará a reforma da previdência..
- 15) Por todas essas razões, é um erro constituir comitês eleitorais em nome do enfrentamento ao fascismo e defesa da democracia abstrata (burguesa por sua natureza de classe).
- 16) Trata-se de constituir comitês de frente única, em torno a um programa de defesa dos empregos, dos salários e dos direitos trabalhistas, que estão sendo destruídos pela reforma trabalhista e pela terceirização. Esses comitês ligados à classe operária e aos demais oprimidos criarão as bases para pôr em pé uma frente única anticapitalista e anti-imperialista, que servirá para combater qualquer um dos dois governos que se eleja, e que estarão submetidos aos interesses e ditames do capital financeiro.
- 17) É imprescindível lutar contra a direita, como expressão da política burguesa. Em outras palavras, os comitês devem travar o combate contra os exploradores em geral e em particular à sua variante fascizante. A estratégia que guia seguramente a luta e desenvolve a independência dos oprimidos é a do governo operário e camponês, produto da revolução proletária.

Rio Grande do Norte

Assembleia dos estudantes do setor 2 contra o fascismo

No dia 10/10, a direção do DCE UFRN (JPT), junto a CAs do setor 2, organizou uma assembleia com o objetivo da luta contra o fascismo. A assembleia, massiva, contou com cerca de 350 estudantes, o que não se via desde a luta contra a PEC do Teto. Os reformistas, e até mesmo anarquistas, deram à assembleia o tom de defesa da candidatura de Haddad para combater o fascismo, embora alguns estudantes chegaram a dizer que a luta não deveria se resumir ao segundo turno. Foram feitas denúncias de atentados fascistas que ocorreram em Natal e, no final, a assembleia concluiu com a deliberação por uma “frente ampla em defesa da democracia”, e encaminhamentos de panfletagens, ações nas mídias sociais e nos bairros, em defesa da candidatura de Haddad.

O POR interveio caracterizando que há uma tendência

de direitização da burguesia, que não só o Bolsonaro, mas, inclusive o Haddad, expressará caso seja eleito. Explicou que não se combaterá as medidas de ataque da burguesia por meio das eleições, mas sim pela ação direta. Denunciou a frente ampla do PT com setores da burguesia nacional “em defesa da democracia”, e contrapôs com o chamado a constituir uma frente única anti-imperialista, de operários, camponeses e classes médias arruinadas, que levante a bandeira da expropriação da burguesia e a defesa as condições de vida das massas, única forma de deter a retirada de direitos, privatizações e escalada repressiva. Diante dos atentados fascistas, chamou a organização da autodefesa. Concluiu com a bandeira do voto nulo em defesa da construção do Partido Operário Revolucionário.

Ceará / *O Boletim Poder Estudantil trouxe a seguinte nota:*

Que fazer diante da vitória eleitoral da direita reacionária e fascista?

A apuração dos votos do dia 7/10 deu quase 50 milhões de votos a Bolsonaro (PSL) e 31 milhões a Haddad (PT), que disputam agora o 2º turno das eleições presidenciais. O resultado das eleições para governadores, deputados e senadores deu também vitória a setores conservadores, pentecostais e fascistas. MDB, PSDB e parcialmente o PT foram os grandes derrotados. Diante disso, os trabalhadores e a juventude consciente se perguntam o que fazer.

É preciso compreender que esses setores crescem porque tem o apoio do grande capital, bancos e grandes empresas. O PT, no passado, governou para esses ricos empresários e agora é enxotado e cuspidado. Votar em Haddad é apostar na mesma traição e

colaboração de classes de antes. É preciso combater o fascismo e esmagá-lo por outra via: organização de uma grande frente única nacional dos explorados, não sob o programa de defesa da democracia burguesa apodrecida, mas sob o programa de defesa da vida dos explorados (contrarreforma da previdência, trabalhista, fim dos direitos, corte de verbas) e da perspectiva da tomada do poder pela revolução social. O fascismo é o capitalismo se defendendo de sua crise às custas dos trabalhadores e das liberdades democráticas. Quem combate o fascismo sem combater o capitalismo, rejeita o efeito sem ir à causa.

Reforma política: instrumento da centralização autoritária

A partir destas eleições, a cláusula de barreira passa a restringir o número de partidos com acesso aos recursos e à propaganda eleitoral. A aprovação da chamada minirreforma política, de 2017, foi mais um passo no cerceamento. Em última instância, devia favorecer os candidatos do continuísmo e, ao mesmo tempo, restringir as possibilidades de “legendas de aluguel” e candidatos “independentes” e de esquerda capitalizarem a queda do PT.

Tal era o objetivo da “cláusula de barreira”, que passou a ser aplicada pela primeira vez nessas eleições. Segundo a cláusula, às legendas e candidatos que não conseguirem superar 1,5% dos votos válidos, em pelo menos 9 estados da União, lhes seriam retirados o financiamento público e a propaganda gratuita em TV e rádio. No fundo, pretende-se avançar a centralização autoritária das forças parlamentares e, assim, ocultar o escandaloso “toma lá, dá cá”, que entrava na aprovação rápida das medidas de interesse da burguesia.

Eunício Oliveira expressou esse objetivo, ao declarar que

a reforma pretendia “reduzir o número de agremiações no Parlamento, o que pode facilitar a formação de consensos, diminuindo os custos políticos para os presidentes da República conseguirem aprovar projetos”.

Agora, vemos as consequências concretas. 14 siglas, que elegeram representantes ao Congresso Nacional, em 2019, não terão mais acesso ao financiamento público e à propaganda gratuita. É o caso da Rede Sustentabilidade (Marina Silva), Patriota (Cabo Daciano), PCdoB, PHS, PRP, PMN, PTC, PPL, DC, PRTB, PMB, PCB, PSTU e PCO.

A aplicação desse mecanismo antidemocrático e discricionário demonstra até que ponto a burguesia avançou em abandonar sua roupagem democrática e se orienta, cada vez mais, a exercer sua ditadura de classe com métodos ditatoriais e militaristas de governo. Deu-se apenas um passo na redução de direitos democrático burgueses. Outros virão, com o recrudescimento da cláusula de barreira.

A democracia no Brasil sempre se assentou no poder e na

política das oligarquias. Seu desenvolvimento raquítico corresponde à estrutura e relação entre as classes. A influência do imperialismo por cima do Estado nacional acaba por ser o fator determinante dos limites da democracia burguesa. Acreditou-se que, com a democratização pós-ditadura militar, e com a Constituição de 1988, vicejariam os partidos, se alcançaria um vigoroso parlamento e se promoveria o equilíbrio entre os poderes da República. Dois golpes de Estado – o de 1992 e 2016 – se encarregariam de mostrar o contrário. A Constituição foi destroçada com tantas emendas, sempre no sentido antidemocrático. Novas alterações estão previstas. O sentido é o de

Pernambuco / POR realiza formação política sobre: marxismo e a tática eleitoral

No sábado (29/09), foi realizada a Formação Política Mensal do POR, na UFPE. A atividade agregou militantes, contatos e convidados. Começamos com a leitura do manifesto do POR às mulheres exploradas pobre e oprimidas: *Não se deixem arregimentar pela disputa eleitoral, Lutem pela real emancipação da mulher do jugo do capitalismo, Coloquem-se pela construção do Partido Operário Revolucionário*; manifesto direcionado ao protesto convocado nacionalmente Mulheres contra Bolsonaro.

O texto escolhido para guiar o estudo foi a Resolução aprovada no II Congresso da Terceira Internacional (Junho de 1920). Foi feita uma introdução sobre o internacionalismo, as experiências de tentativa de organização internacional do proletariado, da I Internacional até a IV. Destacamos a campanha do POR comemorando os 80 Anos da Quarta Internacional e o chamado à reconstrução do partido mundial da revolução socialista, a IV, fundamental para o êxito da libertação da exploração e decomposição capitalista e real emancipação da humanidade.

Prosseguindo nossa formação, distribuímos extratos para a leitura, que se deu de forma ativa, em que todos os que estavam presentes contribuíam na leitura dos extratos e na discussão. Dessa forma é que foi discutida a participação dos comunistas no parlamento. Discutimos sucintamente que o parlamento é instrumento da burguesia e que a luta política não se reduz a essa via. Toda luta do proletariado é pela conquista do poder. Nesse contexto, a luta proletária deve constituir sua forma própria de organização governamental. A disputa do parlamento burguês é secundária, entretanto, ainda que se dê, deve estar ancorada na estratégia e

restabelecer a centralização burocrática e autoritária. A cláusula de barreira se encarregará de cumprir uma parte desse objetivo.

As esquerdas que se valeram do fundo partidário, ainda que relativamente pequeno, se ressentirão. Sabemos o quanto valem os recursos para a vida dos partidos. Aplicados para criar aparatos reformistas, contribuem para obstaculizar o desenvolvimento da vanguarda em direção ao partido revolucionário, que se apoia inteiramente no autofinanciamento. De qualquer forma, é preciso denunciar a cláusula de barreira como um recurso discricionário.

métodos do proletariado. Sob as palavras de ordem de revolução proletária. Qualquer abstração de povo é perigosa, o oportunismo deve ser rechaçado.

A partir dessa discussão, foi lido o manifesto *Em defesa do Voto Nulo, Pela construção do Partido Operário Revolucionário*, em que se é caracterizado o contexto que se dão as eleições de 2018. As eleições mais antidemocráticas desde a ditadura, ditada pela crise do capitalismo, em que, qualquer governo que venha a assumir, está compromissado de dar continuidade às reformas antinacionais e antipopulares, impostas pelo imperialismo. Nesse cenário, se encontra a crescente militarização da política, o avanço da direitização fascista. Para os explorados, mais do que nunca se faz necessário a luta contra o Estado burguês e a construção do Partido do Operário Revolucionário.

Ao final, os contatos demonstraram satisfação com a discussão que se foi levantada e assimilação da política proletária, em nossa atividade, que, tanto prepara o quadro do partido, quanto aproxima e politiza os contatos. Nossa próxima atividade de formação em PE está marcada para o dia 10/11, com o tema Marxismo e a Questão Racial. Nossa formação tem como objetivo a construção do Partido do Operário Revolucionário em Pernambuco e no Nordeste.

Ao final, seguimos até o ato do #Ele não, com o manifesto nacional do partido. O ato saiu da praça do Derby e percorreu a avenida Conde da Boa Vista. Foi multitudinário, porém, dominado pelo eleitoralismo. De forma minoritária e na contracorrente, o POR expressou o chamado às mulheres para não se iludirem com a política burguesa e se organizarem sob a bandeira da revolução proletária.

Quinzena de luta operária

Posição das Centrais Sindicais diante das eleições

Diante da grande possibilidade da eleição de Jair Bolsonaro/PSL para Presidente da República no segundo turno, as quatro maiores Centrais Sindicais do país, de todas as variantes ideológicas, estão se posicionando. Juntas, somam mais de 8 milhões de trabalhadores. Querem, com essa nota, arregimentar uma camada de explorados, que certamente está bandeada para o Bolsonaro. A Força Sindical, que comanda o sindicato metalúrgico de SP, ligada ao partido Solidariedade, colocou-se pelo apoio a Márcio França/PSB e Fernando Haddad/PT. No 1º turno, trabalhou para reeleger o corrupto “Paulinho da Força”, um dos fervorosos defensores do impeachment de Dilma Rousseff e defensores da reforma trabalhista de Temer. Agora, se assinou a nota conjunta com outras centrais contra Bolsonaro. A CUT, que é PT, se mostra temero-

sa diante da possível derrota de Haddad. Tratou de convocar os seus sindicatos para sair a campo na coleta de apoio e votos para o petista. Impulsiona os comitês “antifascistas”. A CTB, PCdoB, conta com a vice na chapa de Haddad. A UGT, que assinou a nota, esteve com a frente golpista no 1º turno e, certamente, não fará nada para conter a onda bolsonarista. A Intersindical, PSOL, já declarou apoio a Haddad. A Conlutas não assinou a nota das centrais, e até o momento não se posicionou.

O POR, por meio do Boletim Nossa Classe, logo após o primeiro turno, esteve na porta de fábricas chamando os operários a se colocarem contra as eleições antidemocráticas. E a defenderem o programa de reivindicações contra o desemprego, subemprego, fome e miséria; contra as reformas antinacionais e antipopulares; contra a política que descarrega a crise do capitalismo sobre a maioria oprimida. Chamando a votar nulo contra os partidos da

burguesia e contra a democracia burguesa apodrecida. E a utilizar o voto nulo para lutar pela independência de classe, construindo o partido operário revolucionário.

Defender o Salário Mínimo Vital é lutar pela vida de milhões

O salário é a fonte de sobrevivência dos trabalhadores e de sua família. Os governos, de qualquer partido político, utilizam-se do cálculo do salário mínimo para manter rebaixados os salários da maioria e intactos os lucros dos patrões. O novo governo eleito terá de aprovar as novas regras de reajuste do salário mínimo, que entrarão em vigor em 2020. Trata da vida de milhões de trabalhadores e aposentados.

A burguesia conta com três formas de cálculo de salário mínimo: 1) a manutenção da regra atual, com reajuste atrelado à inflação passada, e ganho real, quando há crescimento do PIB; 2) reajuste apenas pela inflação, sem ganho real; 3) uma nova forma de correção, certamente em favor do patronato e do governo.

A maioria das Centrais Sindicais defende a primeira alternativa de cálculo. De acordo com essa proposta, o salário mínimo passaria, de R\$ 954,00, para míseros R\$ 1.006,00. Portanto, numa clara manifestação de traição aos interesses da maioria explorada. No entanto, a CUT e aliadas, dizem que são favoráveis ao piso do Dieese, que é de R\$ 3.658,39. É sabido que esse valor não dá para manter uma família de 4 pessoas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência.

O POR defende o Salário Mínimo Vital. O valor necessário à sobrevivência de um trabalhador e sua família. Rejeita os cálculos da burocracia sindical, os discursos em favor do piso do Dieese, e defende que o valor seja determinado pelas assembleias operárias, massivas e democráticas. O fundamental, além de aprovar o valor do salário mínimo vital, é preciso a organização dos explorados para conquistá-lo. Não será, portanto, uma concessão do governo e do Estado burguês. Será imposto pela luta de classes.

Mentira da burocracia sindical metalúrgica

Depois de manter a classe operária, dividida em grupos e assinar os acordos traidores com as montadoras, o sindicato dos me-

talúrgicos (FEM-CUT) entregou o aviso de greve aos patrões. A pauta de reivindicações, apresentada pelos dirigentes da CUT foi: defesa de reajuste salarial, aumento real e renovação das cláusulas sócias na Campanha Salarial. Como disse o dirigente da FEM-CUT, Luizão, “o aviso de greve é mais um passo para criar pressão no sistema para que os patrões se movimentem”. Portanto, é um blefe. Nada irá fazer para conquistar as reivindicações. Aproveitou a situação para pedir o voto em Haddad.

A burocracia sindical continua com as mãos livres para assinar acordos de demissão e rebaixamento salarial, para manter a classe operária fragmentada e para alimentar ilusões nas eleições. Isso só mudará com a constituição de uma fração classista no interior das fábricas capaz de varrer com os burocratas traidores. Uma fração revolucionária capaz de defender as reivindicações e a unidade do proletariado contra o patronato e seu governo. Essa tem de ser a nossa tarefa.

Diante da manobra da burocracia, lutamos para que o sindicato convoque a assembleia geral, para unificar os metalúrgicos do ABC, em uma só luta em defesa do aumento salarial, da renovação da Convenção Coletiva e de todos os direitos. É importante ligar a luta pelo salário a luta contra as demissões, que estão acontecendo em todos os dias nas fábricas. É necessário defender na campanha salarial a redução da jornada sem redução de salários, para combater as demissões e garantir os empregos.

Novamente as férias coletivas forçadas

Alegando queda nas exportações, causada pela crise na Argentina, as Volks de Taubaté e São Bernardo do Campo decretou férias coletivas. As férias nas duas unidades serão de pelo menos 30 dias.

Sabemos, por experiência, que, após as férias coletivas, virão as demissões e as propostas de PDVs. No entanto, o que chama a atenção é o silêncio da direção do sindicato dos metalúrgicos. Não fez qualquer manifestação contra as férias coletivas forçadas, nem organizou os operários para enfrentar a multinacional. Nesse sentido, é preciso que os operários exijam de suas direções sindicais que organizem o movimento para impedir que qualquer operário seja penalizado.

Responder à pobreza e miséria com o programa da revolução proletária

Recentemente, foram divulgadas várias pesquisas que indicam o crescimento da pobreza absoluta no Brasil, nos últimos quatro anos. Os dados da FGV Social apontam o avanço de 33% na miséria, o que equivale a 23,3 milhões de pessoas, com renda de R\$ 232 por mês, portanto, muito menos que o salário mínimo de fome de R\$ 954. Ressaltou, também, o crescimento das “disparidades sociais”. Dados do IBGE mostram que, em 2014, quando a crise econômica golpeou o Brasil, o desemprego saltou de 6,5 milhões para 13 milhões de trabalhadores. A pesquisa da consultoria Tendências constatou o quanto avançou a pobreza extrema entre 2014 e 2017, usando como critério de medição a renda domiciliar per capita abaixo de R\$ 85.

Essa pesquisa evidenciou que, de norte a sul do País, a pobreza absoluta ganhou terreno. A média nacional passou de 3,2% para 4,8%, nesses quatro anos. Em razão dos desequilíbrios regionais, a pobreza foi maior nos estados economicamente mais atrasados, das regiões Norte e Nordeste. Dos nove estados do Nordeste, oito tiveram aumento da pobreza. No Maranhão, do total de famílias, 12,5% sobrevive com menos de R\$ 85. O número de famílias nes-

sa situação era de 8,7%, em 2014. Na Bahia, dobrou, passando de 4,8% para 9,8%. Rio Grande do Norte, pulou de 5,3% para 7,2%. Pernambuco, de 5,4% para 7,7%. O caso de Sergipe é o mesmo, foi de 4,1% para 8,9%. Isso para citar apenas cinco estados. Os estados da região Norte foram, também, os que mais cresceram em número de famílias nessa condição. O Acre, que subiu de 5,3% para 10,9%, serve de exemplo.

No entanto, em regiões como Sudeste e Sul, as mais ricas do País, houve um aumento do contingente de famílias vitimadas pela pobreza extrema. Basta ver o caso de São Paulo, que saltou de 1,9% para 2,7%; Rio de Janeiro, 1,4% para 3,5%; Rio Grande do Sul, 1,6% para 2,8%.

Esses dados mostram o quanto a burguesia e os governos descarregaram o peso da crise sobre os ombros dos explorados. A recessão, as demissões em massa, a paralisação das obras de infraestrutura e refinarias (estradas, portos, etc.), o corte de recursos destinados ao assistencialismo, as mudanças nas regras de reajuste do salário mínimo e a elevação do custo de vida marcaram drasticamente os dois anos do governo Dilma (2014 e 2015). E estiveram

na base do golpe de Estado de 2016. A ditadura civil de Temer, por sua vez, impôs as reformas antinacionais e antipopulares. As três medidas iniciais, a PEC do Teto, a Lei da Terceirização e a reforma trabalhista, caíram inteiramente sobre os milhões de trabalhadores, empurrando um grande contingente para a indigência.

Diferentemente do discurso dos golpistas, a crise econômica não arrefeceu, os resultados pífios de crescimento não fizeram os empregos voltarem. Sem trabalho, sem moradia e sem saúde, milhões estão condenados a morrer à mingua. As altas taxas de desemprego e subemprego só fazem crescer a marcha da miséria e da pobreza. A permanência da crise econômica impede a ampliação dos programas de “transferência de renda”, como o Bolsa Família. A política de “ajuste fiscal” objetiva assegurar o pagamento da extraordinária dívida pública. Qualquer governo eleito terá de dar continuidade ao pagamento da dívida, às privatizações e às reformas antipopulares. Esse é o curso ditado pelo capital financeiro, para responder à crise econômica mundial. Não importa

o custo social que tais diretrizes acarretam nos países semicoloniais, como o Brasil. O que importa é a manutenção do sistema econômico capitalista. Não importam as desigualdades sociais que se potenciam com a crise. Isso por que é “natural”, para o sistema de exploração do trabalho, o avanço das “disparidades” entre um punhado, cada vez menor de famílias, que enriquece, e a pobreza avassaladora para milhões.

Como vemos, esses dados em si mesmos levam ao sentimento de revolta de uma vasta camada de explorados, que não se transformam em movimento revolucionário devido à ausência de direções classistas nos sindicatos e movimentos populares. Não têm o seu partido revolucionário para transformar a revolta operária e popular em ação política contra a raiz da pobreza e da miséria, que é o capitalismo, a propriedade privada dos meios de produção. Eis aí por que é preciso erguer os organismos verdadeiramente de luta, assentados no programa de transformação da propriedade privada em social, socialista.

Crise, corrupção, dívida interna, dinheiro público nas mãos da Fundação ABC – Organização Social de Saúde, destroem o Hospital Nardini em Mauá

O Hospital de Clínicas Dr. Nardini é a principal referência em saúde na cidade de Mauá, Ribeirão Pires e Rio Grande da Serra. O Hospital Nardini foi construído por um grupo de médicos, incluindo o Dr. Nardini, com dinheiro da Caixa Econômica Federal, no final da década de 1970. Eram recursos vindos do Fundo de Apoio à Assistência Social, (FAS), fundo criado pela ditadura militar para construção de hospitais. O Hospital foi inaugurado em 1983, e já carregava uma volumosa dívida. A proposta era de que o Estado de São Paulo assumisse o hospital e a dívida. O que ocorreu em 1985. Um ano depois, começou a funcionar. No entanto, em 1990, com a municipalização da saúde, o Hospital Nardini passou para as mãos da prefeitura de Mauá. As dívidas foram para o município. A situação financeira se agravou e, em 2010, a prefeitura entregou o gerenciamento do Hospital à Fundação do ABC – OSS (Organização Social de Saúde). Uma negociação que passou a receber R\$ 4 milhões mensais para manter o hospital em funcionamento, e R\$ 200 mil mensalmente, para pequenas reformas.

São oito anos que a Fundação do ABC gerencia o hospital e, segundo ela, “O custo para manutenção do Hospital é hoje de, aproximadamente, R\$ 9 milhões por mês e, atualmente, há repasse estadual, por meio de convênio, no valor de R\$ 1 milhão mensal”. Mas, a prefeitura tem atrasado os pagamentos, e a FUABC viu a dívida crescer, e seus lucros diminuir. Assim, passou a demitir funcionários; em julho, demitiu 140, sendo 60 das UPAs e 20 do Nardini. Agora, anunciou que deixará de gerenciar o hospital e que com sua saída teria de demitir 1.650 trabalhadores. Nesse mesmo mês, a prefeita declarou estado de calamidade financeira

na cidade, principalmente na área da saúde. Quanto ao Nardini, a prefeitura alegou que a FUABC estava cobrando uma dívida maior, então, encerraria o contrato com a organização social. Assim criou-se a CPI, agosto de 2018. Com isso, permitiu-se que o prefeito Atila (que estava preso, e voltou ao cargo por determinação de Gilmar Mendes) renegociasse as dívidas. A FUABC tenta tirar proveito dessa situação calamitosa das finanças de Mauá.

A saída da burguesia e de seus governos é a de descarregar a crise sobre as costas da classe operária e dos trabalhadores em geral. No caso do Hospital Nardini, são os explorados que dependem da saúde pública. E seus funcionários, que são demitidos, ou enfrentam a precarização das condições hospitalares, os baixos salários e a perda de direitos. A Organização Social de Saúde, por sua vez, visa apenas ao lucro. Por isso, diante da crise, corta o atendimento de pronto socorro, psiquiatria, etc., e demite.

Essa situação, como se vê, não é nova. E, até agora, a direção do Sindaúde de Mauá não se colocou por organizar a luta contra as demissões e as falcaturas da Organização Social de Saúde (FUABC). O prefeito está envolvido até a medula com a corrupção. Portanto, cabe unicamente à população pobre e aos funcionários a defesa do hospital. Para isso, é preciso se colocar contra a OSS (FUABC), e defender a estatização do hospital, sob o controle dos funcionários e da classe operária. É fundamental a constituição dos comitês de luta, que tenham como tarefa impulsionar o combate em favor do sistema único de saúde, público, estatal, sob o controle operário. O que significa rechaçar as OSS, a terceirização, a reforma trabalhista e todas as formas de parcerias público-privadas.

Rio Grande do Norte / Por uma luta nacional e unitária contra os ataques do governo sobre o funcionalismo federal

Já se inicia um ataque sem precedentes aos direitos e condições de trabalho dos servidores públicos federais. Visando a se adequar às metas de ajuste fiscal para garantir superávit primário para o pagamento da dívida pública, o governo federal tem editado medidas para impor o enxugamento do quadro de funcionários, uma maior exploração da força de trabalho e o cerceamento cada vez maior do direito à organização sindical. São elas a Portaria 193/2018 e as Instruções Normativas 01 e 02/2018, todas do Ministério do Planejamento, que se complementam.

Movimentação compulsória de servidor

A Portaria 193/2018-MPDG regulamenta a Lei 8.112/90 (RJU), no que diz respeito à possibilidade de o governo federal, por meio do Ministério do Planejamento, poder determinar a movimentação de servidores entre órgãos da administração pública federal, de forma irrecusável e sem anuência prévia do órgão em que o servidor trabalha, por prazo indeterminado. A vida do servidor ficará totalmente à mercê dos objetivos do governo de

cortar gastos na folha de pagamento para atender ao capital financeiro. Com isso, o governo busca não ter que repor o quadro de funcionários dos órgãos por meio de novos concursos.

Modalidade por tarefa, semi-presencial e teletrabalho

A Instrução Normativa n.º 01/2018-MPDG regulamenta a possibilidade de o servidor trabalhar por tarefa, e não mais por jornada de trabalho, sendo, assim, dispensado do controle de frequência. Essa modalidade ocorreria remotamente (por exemplo, em casa), e se daria na forma semi-presencial ou de teletrabalho, nos quais, respectivamente, o servidor trabalharia parcial ou integralmente fora das dependências da unidade. Trata-se de um método antigo do capitalismo de mascarar o aumento da exploração da força de trabalho, que ressurgiu com uma aparência de modernidade pelo uso de equipamentos de tecnologia da informação. Nada mais é do que uma novidade trazida pela reforma trabalhista da CLT, que está sendo regulamentada, por extensão, ao serviço público federal, e contradiz a própria Lei 8.112/90, na parte que diz que o servidor trabalha por jornada de trabalho mínima de seis horas e máxima de oito horas, e não por tarefa.

A proposta de dispensa de controle de frequência e a possibilidade de trabalhar em casa, sem ter que se deslocar ao trabalho, pode soar à primeira vista atraente para muitos servidores. Mas, o que há por trás disso é que o trabalho por tarefa possibilitará um aumento do ritmo e da jornada de trabalho, sem que isto fique evidente, já que o trabalho se medirá pela quantidade de tarefas e não pelas horas trabalhadas. Vale lembrar que, recentemente, o governo extinguiu cerca de 60 mil cargos vagos, e outros se extinguirão paulatinamente à medida que fiquem vagos. Ou seja, se depender do governo, não haverá reposição do quadro de funcionários. À medida que haja um enxugamento do quadro de servidores, a carga de trabalho será herdada pelos que ficam, o que inevitavelmente forçará o servidor, com o aumento na quantidade de tarefas, a trabalhar mais que oito horas no dia para poder cumprir os prazos e ter o desempenho esperado. Sobrecarregado dentro de casa, o trabalhador não poderá se dedicar a seus familiares, à outras atividades e ao lazer.

Para que o servidor participe do chamado “programa de gestão”, deve antes assinar um “termo de ciência e responsabilidade”, que contém, dentre outras coisas, o dever do servidor de manter a infraestrutura e de providenciar os equipamentos e mobiliários necessários, inclusive arcando com a energia, internet, telefone e outras despesas. Por meio do teletrabalho ou do trabalho semi-presencial, o governo busca enxugar gastos e repassá-los para o bolso do servidor. A assinatura do termo de ciência e responsabilidade imita outra inovação da reforma trabalhista: a preponderância da negociação individual em relação à negociação sindical, fazendo com que o trabalhador fique mais vulnerável às pressões administrativas e às arbitrariedades. Por fim, o teletrabalho enfraquece as possibilidades de mobilização sindical, uma vez que dispersará os servidores antes concentrados no local de trabalho.

Ponto eletrônico, banco de horas e sobreaviso

O ponto eletrônico e o banco de horas, que já são realidade em alguns órgãos, passarão a existir em todo o serviço público caso a Instrução Normativa n.º 02/2018-MPDG se torne realidade. Ela estabelece a obrigatoriedade do controle eletrônico de frequência, e que a contagem da jornada de trabalho só ocorrerá a partir do início do horário de funcionamento do órgão, mesmo que o servi-

dor chegue mais cedo. Impõe também o desconto direto na folha de pagamento das faltas injustificadas e inclusive dos minutos provenientes de saídas antecipadas, ausências justificadas e atrasos, quando não compensados até o mês subsequente.

O banco de horas tem sido implementado em alguns órgãos gerando uma falsa expectativa nos servidores de que serão donos de seu próprio tempo: um dia escolhem trabalhar até mais tarde para noutro dia poderem sair mais cedo. A Instrução Normativa 02 mostra que, diferente disso, o banco de horas veio para ser uma “ferramenta de gestão” nas mãos dos dirigentes utilizada “em função da conveniência, do interesse e da necessidade do serviço, não se constituindo direito do servidor”. Ou seja, com o banco de horas, o servidor será obrigado a adequar sua rotina diária às necessidades de atender às demandas do serviço, e cobrir as lacunas provenientes do enxugamento do quadro de funcionários.

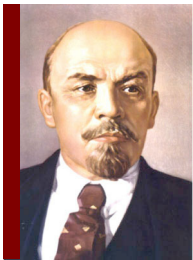
A IN 02 institui ainda o regime de “sobreaviso”, que corresponde ao “período em que o servidor permanece à disposição, em regime de prontidão, aguardando chamado para o atendimento das necessidades essenciais de serviço, ainda que durante seus períodos de descanso, fora de seu horário e local de trabalho”. Diferentemente do setor privado, a IN 02 proíbe que haja remuneração proveniente desse período, apesar do servidor ter suas possibilidades de realização de outras atividades e de locomoção comprometidas em virtude de ter que estar sempre pronto a comparecer ao trabalho. As horas que o servidor estiver no local de trabalho, trabalhadas no regime de sobreaviso, não serão sequer pagas como horas-extras, mas sim entrarão como crédito para o banco de horas.

Por fim, mais um ataque ao direito de organização sindical: “poderá haver liberação do servidor público para participar de atividades sindicais, desde que haja a compensação das horas não trabalhadas”. Essa medida visa a enfraquecer a mobilização para as assembleias, paralisações e manifestações, e se soma à súmula do STF, aprovada no final de 2016, que determina o desconto dos dias de greve do funcionalismo público.

Organizar a luta unitária

Os ataques não param. No dia 24/09, Temer acaba de decretar a regulamentação da terceirização irrestrita. Além disso, passadas as eleições, a reforma da previdência está para ser colocada em pauta no Congresso, como o próprio Temer já declarou. Os órgãos de controle têm realizado uma ofensiva sobre as universidades e demais órgãos, e as reitorias têm acatado e implementado passiva e disciplinadamente suas recomendações e determinações, dentre elas a de revogar as concessões de jornadas de 30h. Os efeitos da reforma trabalhista já se expandem para o serviço público, na forma de decretos e instruções normativas.

Está mais do que na hora de as federações sindicais dos servidores públicos federais, como a FASUBRA, o SINASEFE e o ANDES, assim como seus sindicatos filiados, se colocarem imediatamente em pé de luta, numa campanha nacional unitária pela revogação da Portaria n.º 193/2018-MPDG e das Instruções Normativas n.º 01 e 02/2018-MPDG, contra a ingerência dos organismos de controle sobre as universidades e demais órgãos, contra a terceirização e pela efetivação imediata dos terceirizados, assim como pela revogação da reforma trabalhista e a defesa do direito de livre organização sindical. Não há o que esperar das eleições. O momento é o de confiar na nossa própria mobilização, no método da ação direta (atos, paralisações, piquetes, greves, etc.), para derrotar essa nova ofensiva do governo.



Apontamentos sobre a história do Partido Bolchevique

No Jornal Massas anterior, afirmamos que era necessário dar a devida importância à divergência entre bolcheviques e mencheviques em torno ao programa da revolução agrária. A linha traçada por Lênin levava à aliança operária e camponesa; a dos mencheviques, conduzia o campesinato a se subordinar à burguesia liberal, que se mantinha atada às reformas traçadas pela própria monarquia. Lênin insiste que a aplicação da tática marxista, no processo da revolução democrático-burguesa na Rússia, dependia da revelação científica da estrutura econômica agrária e das tendências históricas, que inevitavelmente resultariam na destruição das esgotadas relações feudais, e na sua substituição pelas relações capitalistas.

Dada a complexidade e a importância da questão agrária, nas condições concretas em que se desenvolvia a revolução, e a exposição do método marxista da análise, insistimos em sintetizar o desenvolvimento da elaboração leninista. O próprio Lênin se viu na contingência de despende o máximo de energia e concentração no estudo da revolução agrária, uma vez que esta estava na base da revolução democrático-burguesa, que levaria à destruição da monarquia e a constituição de uma república democrática. Evidentemente, compreendia que não era possível dar um salto para a revolução proletária, portanto socialista, sem que ocorresse a revolução democrática. O problema estava em como organizar o proletariado como dirigente das massas camponesas para garantir a independência de classe, e dar continuidade à luta de classes, que levaria, finalmente, à consecução da estratégia socialista. Caberia ao proletariado encarnar o programa da revolução agrária, uma vez que o campesinato não podia fazê-lo por si próprio.

É instrutivo um resumo que faz para aproximar o máximo possível sua análise e suas teses da revolução agrária da compreensão da militância. Eis o que diz:

“Para satisfazer o pedido dos camaradas poloneses, tentarei expor brevemente o conteúdo de meu livro que tem o mesmo título, escrito em novembro de 1907, e não publicado até agora, devido a causas alheias à minha vontade”. Refere-se ao resumo do livro “O Programa Agrário da Socialdemocracia na Primeira Revolução Russa de 1905-1907”. Lênin constata a necessidade de rever os programas anteriores. Isso por que “não continham uma ideia suficientemente clara acerca de que tipo de evolução agrária capitalista podia se produzir na Rússia”. É com base nessa compreensão que indica o erro dos mencheviques ao responder à questão agrária. A consequência desse erro levou o IV Congresso da socialdemocracia a aprovar o programa de municipalização, tão rechaçado por Lênin. Conclui: “Em Estocolmo, não se examinou em absoluto, precisamente, o aspecto econômico da questão, isto é, o aspecto mais importante, prevalecendo as considerações ‘políticas’, a politicagem, e não a análise marxista” (...) “O argumento principal dos partidários da ‘municipalização’ mais influentes em Estocolmo se baseava em que os camponeses são inimigos da nacionalização das terras de nadiel (NT-de posse camponesa)”.

Lênin teve de recorrer às fundamentações de Marx, para combater os antimarxistas mencheviques. Eis: “Por que os cam-

poneses se pronunciaram pela nacionalização? Porque compreenderam, instintivamente, muito melhor que os pseudo marxistas pouco perspicazes, a necessidade de destruir toda a propriedade agrária medieval. A propriedade agrária medieval deve ser destruída para abrir caminho ao capitalismo na agricultura; e, em distintos países e graus diferentes, o capital destruiu a velha propriedade agrária medieval, submetendo-a às exigências do mercado e transformando-a de acordo com as condições da agricultura mercantil. No tomo III do O Capital, Marx já assinalava que, quando surge um modo capitalista de produção, encontra formas históricas de posse da terra, que não correspondem ao capitalismo (propriedade agrária gentilícia, comunal, feudal, patriarcal, etc.) e cria outras novas em consonância com as novas exigências econômicas”. (...) “Tais são as condições para a mais rápida abolição das formas medievais e para o mais livre desenvolvimento do capitalismo: a abolição de todo o velho regime de propriedade da terra, abolição da propriedade privada da terra como um obstáculo que se levanta diante do capital. Também na Rússia, é inevitável essa ‘limpeza’ revolucionária da propriedade agrária medieval, e não existe no mundo força capaz de impedi-la. A questão é apenas se essa ‘limpeza’ vai ser latifundiária ou camponesa. Esse é o único motivo da luta. A ‘limpeza’ do regime medieval de posse da terra, efetuada pelos latifundiários, significa o saque dos camponeses, em 1861; significa a reforma agrária de Stolipin, em 1906 (...). “A ‘limpeza’ camponesa da terra para o capitalismo é a nacionalização da terra”. (...) “Os mencheviques ‘passaram pelo alto’ que, na Rússia, é medieval não apenas a propriedade latifundiária, mas também a propriedade das terras de nadiel camponesa. Fortalecer a propriedade das terras de nadiel, que não corresponde em absoluto às novas relações capitalistas, é uma medida reacionária, e a municipalização fortalece a propriedade da terra de nadiel, com a diferença de que não é nadiel, ‘que deve ser municipalizada’. A posse da terra de nadiel divide os camponeses com mil barreiras medievais e, por meio da ‘comunidade’ fiscal medieval, freia o desenvolvimento das forças produtivas. A ‘comunidade’ e essa propriedade de nadiel estão destinadas a ser destruídas pelo capitalismo. Stolipin se dá conta disso e destrói ao estilo centurionegrista (NT. Fração reacionária da monarquia). Os camponeses também se dão conta disso, e querem destruir ao estilo camponês ou democrático-revolucionário. Mas os mencheviques exclamam: ‘Não se pode tocar nas terras de nadiel’”.

Constata-se, no desenvolvimento posterior da revolução russa, que a nacionalização das terras é uma medida democrática que abre caminho para as transformações socialistas. A monarquia, ajustada às novas condições criadas pela revolução de 1905, e a burguesia liberal estavam unidas por trilhar o caminho das reformas, sob a égide dos latifundiários. Combatiam, portanto, a revolução agrária que levava à nacionalização das terras. Que liquidava, tanto as relações feudais latifundiárias dominantes, quanto às feudais-camponesas (nadiel). Lênin encontra na revolução agrária a abertura de um curso para a luta proletária pelo socialismo. Eis: “A tarefa do proletariado é organizar as massas (...) para a luta revolucionária pela democratização completa hoje; e pela revolução socialista amanhã.”

(As citações foram extraídas das Obras Completas, Lênin, tomo XV, Akal Editor)